



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS
MIL E VINTE E UM.-----**

----- Aos quinze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 - ORDEM DO DIA** -----

----- **4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 24 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021;** -----

----- **4.2 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 25 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Proposta para Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) – Contratação do Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade – AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro;** -----

----- **4.3 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 16 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto;** -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- 4.4 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 21 – Mandato 2021/2025**
Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as
Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais -
Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social]; -----

----- 4.5 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 22 – Mandato 2021/2025**
Apresentado pelo Presidente da Câmara – Procedimento Concursal para Provimento de
Cargo de Dirigente Intermédio – Designação do Júri; -----

-----4.6 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 23 – Mandato 2021/2025**
Apresentado pelo Presidente da Câmara – Autorização de Operação de Financiamento por
Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas;

-----4.7 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 9 | GAP – Prestada pelo**
Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta
325|GAP – Apoio Financeiro para a Comparticipação para Aquisição de Terrenos –
Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça; -----

-----4.8 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da**
Mesa da Assembleia Municipal - Plano de Atividades da Assembleia Municipal para o ano
de 2022; -----

-----4.9 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 -**
Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Ocupação do
Espaço Público e de Publicidade (ROEPP); -----

-----4.10 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º205 – Mandato 2017/2021**
- Apresentada pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal do Cartão
Jovem de Oliveira do Bairro; -----

-----4.11 – **Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º204 – Mandato 2017/2021**
- Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Transporte Escolar



Oliveira do Bairro assembleia municipal

do Município de Oliveira do Bairro; -----

-----4.12 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 203 – Mandato 2017/2021
- Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de
Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro; -----

-----4.13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto também
Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia, para efeitos de
inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P.; -----

-----4.14 – Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do
ACeS Baixo Vouga, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro;

-----4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA,
nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----4.16 – Eleição de representante(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão
Municipal de Defesa da Floresta; -----

-----4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético
Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº
202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação; -----

-----4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da
alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada
pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto; -----

----- 4.19 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos
termos da alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho; -----

----- 4.20 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 17 – Mandato 2021/2025
– Lançamento de Derrama; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025**

– Imposto Municipal de Imóveis – IMI; -----

----- **4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025**

– Participação de 3,75% no I.R.S.; -----

----- **4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 – Mandato 2021/2025**

– Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P.; -----

----- **4.24 – Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º semestre de 2021.** -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** e **ELISABETE RESTE REI.** -----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo.

----- Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, informou que iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número 1 do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o número 1 do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, e que, fruto da cedência do Salão Nobre, para efeitos de instalação provisória do Tribunal de Menores, enquanto decorrem as obras de requalificação e ampliação da Casa Verde, as sessões da Assembleia Municipal se irão realizar de forma descentralizada por todas as freguesias do Município. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- No que respeita ao ponto **1 – INÍCIO DOS TRABALHOS** o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, a fim de se verificar as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se a ausência do Membro Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, que será substituído pelo Membro Acácio Almeida Oliveira.-----

----- Deu nota que chegaria mais tarde aos trabalhos da presente reunião o Membro da Assembleia Almerinda Nogueira Belchior e o Membro Acácio Almeida Oliveira.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – -----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou ter sido recebida correspondência de variados tipos e de diferentes entidades, entre eles vários convites, que se encontravam arquivados e disponíveis para consulta dos Membros da Assembleia que assim o entendessem, passando a dar nota da mesma de forma sucinta, dando ênfase aos seguintes documentos: -----

----- Correspondência da Associação Nacional de Assembleias Municipais, com alguns esclarecimentos sobre a tomada de posse e alguma legislação; -----

----- Comunicação da Junta da União de Freguesias, Bustos, Troviscal e Mamarrosa acerca da tomada de posse; -----

----- Correspondência diversa entre representantes dos grupos municipais, Membros da Assembleia e representantes da Comissão Permanente; -----

----- Troca de correspondência com o Sr. Presidente da Câmara a solicitar alguns esclarecimentos; -----

----- Correspondência da Associação Nacional de Municípios, a solicitar a eleição de dois representantes, um efetivo e outro suplente; -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Correspondência da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens a esclarecer quanto à eleição, e indicação do elemento da Assembleia Municipal; -----

----- Convite para o 18º Aniversário do Conservatório de Música da Bairrada, no dia 21 de novembro, onde esteve presente; convite para o Magusto do Núcleo de Oliveira do Bairro, da Liga dos Combatentes, no dia 3 de novembro, onde esteve presente e a celebração do Dia do Armistício a 11 de Novembro, onde também a Assembleia esteve presente; -----

----- E um convite da União Desportiva e Cultural e Recreativa do Silveiro que é um espetáculo de dança que se irá realizar, no dia 5 de dezembro. -----

----- De seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO.** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - deu conhecimento da existência de uma única inscrição por parte do público, dando imediato o uso da palavra ao mesmo, lembrando que dispunha de cinco minutos para a sua intervenção, nos termos do Regimento em vigor; -----

----- Deu nota da chegada do Membro da Assembleia Acácio Almeida Oliveira. -----

----- **MANUEL ALBERTO DA SILVA FERREIRA** residente na Freguesia da Palhaça – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que as primeiras palavras eram dirigidas às Vereadoras Lília Ana Águas e Susana Martins. -----

----- Para a Vereadora Lília Ana Águas, duas notas, uma para enaltecer o modo como decorreu a Feira da Idade Maior, 6 de 7 de novembro, ficando os séniores a ganhar, e com mais honra em pertencer ao concelho. Foi com muito gosto, ter a hipótese de participar ativamente na feira, integrando a equipa que é campeã nacional de Walking Football, no jogo que lá ocorreu e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que teve muita assistência.-----

----- Fazendo referência à sessão de Câmara de 28 de outubro, revelou que foi com muito gosto que viu a manutenção do transporte dos idosos para apanhar a terceira dose da vacina e o protocolo de acordo com a ANF, que permitiu ajudar no custo das vacinas da gripe. -----

-----Dirigindo-se, também à Vereadora Susana e de seguida a toda a Câmara Municipal, congratulou o reconhecimento pelos seus votos de louvor aos atletas do concelho no Campeonato do Mundo de Pesca e no Campeonato Europeu de Juniores, bem como o apoio atribuído para obras na sede do Núcleo de Combatentes de Oliveira do Bairro. -----

-----Questionou os membros do executivo sobre o ponto de situação do interesse manifestado, pela Universidade de Aveiro, em instalar ou criar um curso superior, ligado à informática, no concelho de Oliveira do Bairro. -----

-----Concluída a sua intervenção, questionou o Vice-Presidente da Câmara sobre o que estava a ser feito, relativamente ao subsídio de vinte mil euros atribuídos para o combate às infestantes ervas das pampas no concelho. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Almerinda Nogueira Belchior. ----

-----Concluída a intervenção, foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara. -----

-----Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – cumprimentou todos os presentes e esclareceu o motivo do seu atraso, uma vez que tinha sido convocada uma reunião de urgência com o senhor Secretário do Estado do Desporto, representante regional no âmbito do controlo da pandemia COVID, com o objetivo de lhe ser dado a conhecer o ponto de situação sobre o conjunto de medidas e ações que os Municípios têm estado a tomar. -----

-----Relativamente à questão colocada no âmbito do curso universitário de informática, esclareceu que o Município se encontrava a aguardar diligências finais por parte da universidade para entrar em funcionamento. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----No que diz respeito ao processo de erradicação de erva das pampas, informou que a primeira ação tomada pelo Município foi intervir nos terrenos que estavam sobre a alçada de gestão e propriedade do Município, no entanto, alertou que esta ação se deveria estender a outros Municípios, de modo a combater o problema de uma forma adequada e erradicar uma praga maléfica para o ecossistema. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Miriam Zulay Pereira Ferreira e do Vereador Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo. -----

-----Deu nota que gostaria de efetuar alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da Assembleia Municipal antes de dar início ao último período da Ordem do Dia, começando por explicitar que os cumprimentos iniciais protocolares institucionais de cada membro da Assembleia e da Câmara Municipal não iriam contar para os tempos previstos de cada intervenção, desde que não houvesse qualquer referência a comentários favoráveis ou desfavoráveis, elogiosos ou depreciativos. -----

-----Informou que a mesa iria, em cada intervenção de qualquer membro, alertar através de um toque sonoro que já utilizou metade do seu tempo, sendo o segundo toque para alertar que falta apenas 1 minuto para concluir a intervenção e o terceiro toque para concluir a intervenção.

-----Relativamente ao número de pontos previstos para o período da ordem do dia, esclareceu que a sessão foi agendada em articulação institucional com a Câmara Municipal, a Mesa e a Comissão Permanente, de forma a garantir a solidariedade, cooperação e respeito institucional entre os dois órgãos. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

-----Iniciou a sua intervenção, dando nota que o motivo pelo qual foi solicitado um ponto de ordem à mesa relacionou-se com o facto de, segundo o Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, nomeadamente, no artigo 29.º- A da Secção II, “a transmissão áudio/vídeo das



Oliveira do Bairro assembleia municipal

intervenções dos membros da Assembleia e Câmara Municipal só poderá ocorrer após prévio consentimento explícito dos mesmos nos termos da lei em vigor aplicável.” -----

-----Explicitou aos presentes que nenhum membro da sua bancada tinha sido consultado para prestar o consentimento da transmissão e solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que agisse em conformidade, de modo a que, futuramente, não existisse qualquer problema face ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Com base na intervenção anterior, questionou aos Membros da Assembleia se os próprios se opunham à transmissão da Assembleia Municipal através das Redes Sociais. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Após dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes, referiu que, enquanto líder de bancada, não se opunha à transmissão da Assembleia nas redes sociais e que, na primeira sessão solene de instalação dos órgãos autárquicos não tinha sido levantada qualquer questão sobre o assunto. -----

----- Salientou, ainda, que o PSD se encontrava disponível para ajudar a trabalhar e melhorar o próprio Regimento no sentido de estabelecer mais meios para melhor transmitir a mensagem dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Começou por referir que deixaria os cumprimentos protocolares para mais tarde e esclareceu que a Bancada do CDS também não se opunha à transmissão online, contudo referiu que deveria existir uma declaração inequívoca e explícita de cada membro, perante o direito de transmissão de imagem e de som. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Referiu, também, que deixaria os cumprimentos protocolares para a sua intervenção seguinte e manifestou que a posição da bancada do PS se baseava no cumprimento da lei, nomeadamente a lei da proteção de dados, e que, nesse seguimento, a sua bancada não se opunha e estava de acordo a que as sessões da Assembleia Municipal fossem transmitidas para divulgação de tudo aquilo que se passa durante as mesmas.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

-----Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu nota da chegada do Membro da Assembleia João Diogo Vitória -----

----- Relativamente à questão da declaração de autorização da transmissão da Assembleia Municipal nas redes sociais e uma vez que o documento para ser assinado por cada membro ainda não estava em posse de ser utilizado, sugeriu dar por concluída a reunião e convocar, posteriormente, uma nova Assembleia. -----

----- Após uma breve pausa para reflexão sobre o assunto entre os membros da Comissão Permanente e a Mesa da Assembleia Municipal, informou os presentes, que foi decidido que, antes de todas as intervenções, os membros da Assembleia teriam de proferir a declaração oralmente, autorizando a filmagem e transmissão de áudio vídeo em direto e online, declaração esta que seria deixada junto ao púlpito. -----

----- Informou também que, no dia seguinte, os serviços iriam solicitar a declaração, por escrito a cada um dos membros efetivos da Assembleia Municipal. -----

----- Nesse sentido, questionou os presentes se alguém se opunha. -----

----- Uma vez que nenhum membro se manifestou, entrando no ponto **4 - ORDEM DO DIA**, deu-se início ao ponto **4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 24 - Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021**, sendo dado o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Iniciou a apresentação, dando nota que a grande base para a revisão orçamental se encontrava no facto de o Município ter por força a execução, mas também de ter tido mais apoio a fundo perdido no projeto da Fernando Peixinho. -----

----- Recordou os presentes de que o Município contraiu financiamento junto do Banco Europeu de Investimento sendo que esse financiamento, face às regras que são instituídas quando está coadjuvado com o projeto que é financiado, tem que ser contrabalançado com o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

valor que é financiado e com valor que não é financiado. Reportando-se ao projeto da Fernando Peixinho que acabou por ser financiado num valor superior a um milhão de euros, referiu que esse facto acabou por reduzir a parte não financiada e, conseqüentemente, reduziu também o valor que seria disponibilizado pelo Banco Europeu de Investimento. -----

----- Explicitou que o Banco Europeu de Investimento tinha disponibilizado duas de três tranches solicitadas pelo Município e essa segunda tranche já tinha ultrapassado o valor estipulado, de acordo com as regras, valor esse que terá de ser agora parte devolvido e que se trata de uma solução possibilitada através da revisão orçamental. -----

----- Por outro lado, referiu que outro motivo para a apresentação do documento é a inclusão da Estratégia Local de Habitação, e que embora há data da elaboração da revisão orçamental ainda não se soubesse que os Municípios que tivessem essa estratégia elaborada teriam 100% de financiamento, o contrabalanço da parte da receita não se encontrava previsto no documento, uma vez que é estimado que apenas venha a acontecer no ano seguinte. -----

----- No que diz respeito à despesa, abordou a questão do custo da energia que começava a preocupar o Município, uma vez que a previsão foi feita para um período temporal de 5 anos e não se previu um acréscimo tão grande a acontecer, nomeadamente para o mês seguinte de dezembro e para o próximo ano de 2022. -----

----- Salientou que, relativamente à cobrança da receita, muitas vezes existiam valores de IMI e de IMT a devolver, relacionados com benefícios fiscais ou por razões mais dispersas, motivo pelo qual se tinha procedido a um ajustamento técnico no que toca a receitas. -----

----- Informou, também, estar incluído na revisão orçamental, parte do prémio das PARUS refletido nos recebimentos que têm vindo a acontecer. -----

----- Relativamente à transmissão da Assembleia Municipal nas redes sociais, afirmou autorizar tanto a imagem como a divulgação sonora e encorajou todos os presentes a fazer o mesmo, nos moldes em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entendesse mais conveniente. ---



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota da abertura do período de debate do ponto em questão e informou os presentes da chegada do Membro da Assembleia Annelise de Jesus Guimarães. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – Procedeu à declaração: *“Eu, Marco Alexandre da Silva Alves, autorizo a filmagem e a transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem”*. -----

----- Após ter dirigido os seus cumprimentos aos presentes, referiu que a revisão orçamental apresentada, pretendia, do lado da receita acomodar mais de meio milhão de euros, fruto de receitas provenientes de fundos comunitários e do resultado da boa cobrança da receita corrente, felicitando, assim, o executivo pelo reconhecimento dado ao Município de Oliveira do Bairro pelo empenho na execução dos planos de ação de regeneração urbana e que se traduziu num encaixe para os cofres do Município de cerca de quinhentos e treze mil euros. Assim, questionou o executivo onde seria intenção do Município investir esse montante. -----

----- Em nota de solidariedade para com os anteriores colegas de bancada e com todos os vereadores, manifestou repúdio para com a tentativa de judicialização da política. Referindo-se ao discurso efetuado na tomada de posse por parte do Presidente da Câmara, onde foi referido que existiam dezenas de milhares de euros de custos para o Município, questionando se na revisão orçamental estavam salvaguardados os montantes dos custos do desafortunado processo judicial. -----

----- Remetendo-se ainda ao acréscimo de custos com eletricidade, questionou qual a poupança que obteve o Município com a alteração do anexo I, recordando que na altura teve voto contra do PSD e do UPOB, e qual o efeito que tal alteração terá nas contas do Município devido à escalada dos preços da energia. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Declarou autorizar a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da sua imagem da sua intervenção, na intervenção



Oliveira do Bairro assembleia municipal

anterior e também no próprio ato de sessão solene de instalação dos órgãos autárquicos já ocorrida. -----

----- No seguimento da intervenção anterior, revelou, na sua opinião pessoal ter achado escusado, por parte do Presidente da Câmara na sua intervenção da sessão solene, ter feito referência ao processo judicial. -----

----- Fez referência ao facto de a revisão orçamental estar a ser apresentada um mês depois do ato eleitoral e tendo em conta os seus resultados, a confiança no executivo municipal tinha saído reforçada, refletindo a valorização do trabalho feito pela Câmara Municipal e significando também a consolidação do orçamento do próprio ano. -----

----- Contudo, referindo-se à forma do procedimento de instrução para levar os assuntos em sede de reunião da Câmara Municipal, afirmou que, caso a documentação não fosse entregue corretamente aos vereadores, os mesmos não conseguiriam debater o assunto com a riqueza que a democracia agradece e que, por esse motivo o PSD ficaria pela abstenção no referido ponto. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Procede à declaração: “*Eu, Ana Rita Ferreira de Jesus, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. --

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por explicitar que a segunda modificação às grandes opções do plano e segunda alteração edificativa do Orçamento refletia de forma evidente o cumprimento da visão estratégica do executivo municipal, refletindo a validação da prática do rigor e da boa gestão autárquica no conjunto de propostas e de projetos que foram apresentados no GOP e no orçamento para 2021. -----

----- Dando o exemplo de várias conquistas ao nível estratégico, afirmou que o CLAIM tem sido muito importante enquanto veículo de integração de migrantes que se fixam no nosso concelho, mas também os avanços no apoio às empresas, na educação com um reforço de investimento, a conclusão da Fernando Peixinho e ainda mais recentemente, a distribuição dos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

360 tablets ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro. Na área da saúde, deu nota que a construção dos novos centros de saúde, da Unidade de Saúde Familiar da Palhaça e da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa revelam uma aposta infraestrutural na saúde.

----- No que diz respeito às Zonas Industriais afirmou que tem vindo a ser realizado trabalho visível e notório na ampliação das zonas industriais de Bustos, Oiã e Vila Verde, refletindo mais uma aposta nas infraestruturas, no desenvolvimento económico e reabilitação das vias, com o reforço da rubrica de investimento. Referiu também a aposta existente no projeto do ambiente, da descarbonização e da reciclagem e o crescente investimento nas associações do concelho, reforçando os seus apoios. -----

----- Deu nota da relevância da Estratégia de Habitação Local com avanços na aquisição de moradias devolutas para posterior requalificação e colocação no mercado de arrendamento para os munícipes que cumpram com os requisitos. Referiu, ainda, a aposta na requalificação da rede viária e na requalificação urbana, a intervenção e pavimentação por todo o concelho e a reabilitação no centro Urbano da Vila de Oiã e na zona central da Vila de Bustos. -----

----- Reforçou a existência de boas práticas que dão resposta às necessidades das famílias, à comunidade educativa, aos agentes económicos mais afetados no último ano pela pandemia, no apoio à sociedade, jovens e idosos, ao comércio e à economia, demonstram linhas condutoras e objetivos claramente projetados, estratégicos e estruturantes, mais desenvolvimento económico e emprego, expansão e requalificação das zonas industriais, melhoria das acessibilidades, plano de investimentos transversais e multidisciplinares, desde alastrar a rede wifi gratuito pelo conselho até projeto inovadores na área ambiental, afirmando assim, estarem a ser criadas condições para atrair novos habitantes para Oliveira do Bairro, do ponto de vista formal e legal. -----

----- Concluindo a sua intervenção, afirmando que o documento, com as suas modificações, estava elaborado de acordo com os preceitos legais e técnicos que lhe são



Oliveira do Bairro assembleia municipal

aplicáveis e, por esse motivo não existia nada que opusesse a aprovar favoravelmente o documento. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Procedeu à declaração: “*Eu, Acácio Almeida Oliveira, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportando-se à questão dos custos do processo judicial, em nome da bancada do PS, referiu que seria preferível que houvesse um parecer jurídico da Câmara Municipal, para que existisse um suporte legal para esse assunto, quando vier a ser falado e discutido. -----

----- Relativamente ao ponto 10 da alteração modificativa, referente à política de rigor e da boa gestão, deu nota que essa apreciação não deverá ser feita pelo executivo municipal, mas sim pela Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, mas também pela Inspeção das Finanças, Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério do Ambiente ou Provedor de Justiça, entidades com a responsabilidade da emissão de relatórios ou decisões sobre as atividades e gestão do Município, exercidas por pessoas que integram um executivo eleito e remunerado que trabalham em prol e para desenvolvimento sustentado do concelho. -----

----- Explicitou que, no último parágrafo do documento, entendia que deveriam ter tido em consideração o ponto 8.3.1 do POCAL, uma vez que, sempre que sejam efetuadas alterações orçamentais ao orçamento em vigor, permutativas ou modificativas, seria obrigatório articular a norma da contabilidade pública NCP 26 do SNC-AP, dado que a despesa prevista dá sempre lugar à revisão do Orçamento, e que nos termos estabelecidos no ponto 8.3.1.4, na revisão do orçamento pode ser utilizada como contrapartida o saldo de gerência transitado no exercício anterior operado. -----

----- Referiu, ainda, que gostaria de fazer um reparo de uma questão já antes abordada em outras duas alterações orçamentais de despesas e na prestação de contas, tais como: outros suplementos e prémios, outros trabalhos especializados, outras despesas correntes diversas, outras despesas de capital, outras instituições financeiras, outras e outros trabalhos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

especializados, considerando que nas alterações orçamentais de receita não havia referência a nenhuma dessas rubricas. Questionou, assim, se “os outros, as outras e as diversas” acrescem rigor e transparência à gestão de qualquer empresa ou executivo municipal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou a todos os membros da Assembleia Municipal que se cingissem apenas ao debate dos pontos que se encontravam em análise. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Reportando-se, inicialmente, à questão do prémio de quinhentos e treze mil euros, explicitou que o mesmo seria destinado à realização de PARU’s, informando os presentes de que todas as PARU’s realizadas pelo Município tinham sido concluídas, e foi alocado para as mesmas todo o montante elegível, existindo um valor sobranete que se irá alocar à Obra Mestre Alfredo Rodrigues e no projeto de requalificação da zona envolvente ao mercado municipal, decorrente do orçamento participativo, não obstante a sua dependência do orçamento municipal. -----

----- Relativamente aos custos do processo judicial, esclareceu que esses elementos, em cumprimento de todos os preceitos legais, seriam dados a conhecer a todos os membros da Assembleia. Esclareceu, também, que o seu discurso na sessão solene se tinha tratado de uma intervenção política tendo em consideração os dados de que dispunha na altura, uma vez que já tinham sido solicitadas verbas de pagamento. -----

----- No que diz respeito aos custos da eletricidade, referiu que dentro de alguns meses, cerca de 80% da iluminação pública seria em LEDS, traduzindo-se numa redução de consumo. Esclareceu que o contrato de eletricidade que o Município realizou há dois anos, terminaria em breve, e que o investimento na iluminação pública se traduzia numa poupança efetiva de quase duzentos mil euros por ano, tendo em conta os preços que se encontravam a ser praticados. ----

----- Relativamente às questões colocadas pelo membro da Assembleia Acácio Oliveira, esclareceu que a alteração modificativa estava acompanhada de uma nota técnica do Dr. José



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Miguel Felgueiras, que esclareceria a sua primeira questão. No que diz respeito à segunda questão dos custos diversos, explicitou que os instrumentos de contabilização nacional não tinham sido desenhados por si e que, embora a rúbrica exista, nem tudo se encontrava discriminado. Referiu também, que poderia acompanhar o membro Acácio Oliveira aos serviços para fazer uma descrição mais aprofundada, dotada de transparência. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Procedeu à declaração: “*Eu, António Pedro Mendes da Silva Campos, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Após dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que considerou uma injustiça os últimos três anos relacionados com o processo judicial.

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou que o membro da Assembleia António Campos se cingisse ao assunto em debate como já tinha requerido anteriormente, caso contrário teria de terminar de imediato a intervenção. -----

----- O membro António Pedro Mendes da Silva Campos retomou o seu lugar, não concluindo a sua intervenção. -----

----- **JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA** – Procedeu à declaração: “*Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Referindo-se ao ponto 5.2 da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, de 3 de setembro de 2021, em que foi proposta a análise e votação da expropriação no âmbito da ampliação do cemitério de Bustos, questionou se já se encontrava contemplado na alteração modificativa do orçamento, o valor que irá custar ao Município a expropriação do terreno dos Limoeiros. -----

----- Questionou, ainda, não obstante o trabalho realizado pela Junta de Freguesia, se a Câmara Municipal já tinha obtido resposta à eventual proposta de expropriação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Saliu a importância de que a informação que chegasse aos membros da Assembleia fosse simples, objetiva e perceptível a todos os que não são tão entendidos em matérias de contabilidade e finanças. Referiu que a câmara dispunha de meios para tornar a informação mais sintética, para que todos entendessem o que significa a rubrica dos “outros”, “diversos”, etc. -----

----- Contudo, manifestou antecipadamente, em nome da bancada do PS, que iriam votar favoravelmente à 2.ª Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano e 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – No seguimento da sua última intervenção, pediu desculpa aos presentes pela forma como a mesma decorreu, garantindo que não voltaria a acontecer. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Esclareceu os presentes que na semana seguinte, se iria dar posse à Comissão de Acompanhamento Orçamental, de modo a que se pudesse desenvolver o trabalho de ajudar a interpretar a documentação, à semelhança do que foi feito no mandato anterior. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Deu nota de que, caso a informação fosse sintética não iria ser tão detalhada. Explicitou que, enquanto membro da Assembleia Municipal há uns anos atrás, também tinha tido dúvidas relativamente a documentos orçamentais e que tinha solicitado ao Presidente da Assembleia no momento, para que as mesmas fossem dissipadas e compreendidas, quando ainda não existia a Comissão de Acompanhamento Orçamental. -----

----- Esclareceu que não foi retirado o apoio à Junta de Freguesia, no entanto, só a Câmara Municipal poderia proceder à expropriação. Informou que, para a expropriação ocorrer era necessário cumprir-se alguns pressupostos, nomeadamente o primeiro contacto com os proprietários, seguido de um segundo contacto formal e caso esse contacto não resultasse num acordo amigável, decorria a expropriação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse também que não tinham recebido, até ao momento, qualquer resposta, apenas tinham decorrido contactos informais, sendo o passo seguinte o contacto formal, através do envio de carta. Afirmou, ainda, que não obstante os contactos efetuados pela Junta de Freguesia, entendia por bom senso, que a Câmara Municipal deveria também contactar primeiramente dessa forma e seguir um determinado caminho. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 24 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021**, foi **Aprovado por Maioria**, com **16 Votos a Favor e 9 Abstenções**. -----

----- Abstenções dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PSD, Carlos Ferreira, Nuno Barata, Almerinda Belchior, Álvaro Ferreira, Sérgio Pelicano, Joana Mota, Ricardo Regalado, João Vitória e Annelise Guimarães. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.2 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º25 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Proposta para Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) – Contratação do Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade – AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**, sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de apresentar o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que o referido ponto consistia num pedido de autorização para que o Município tivesse a possibilidade de assumir compromissos plurianuais. Referiu que o processo dos combustíveis e da eletricidade tem tido oscilações grandes nos últimos tempos e que será notório, no futuro, um acréscimo desses gastos onde o Município prevê o gasto de mais de seiscentos mil euros face ao valor normal, por ano. Explicitou, também, que caso não tivesse sido feito o investimento ao longo do ano, existiria o acréscimo de um milhão de euros de custos.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Deu nota que se tratava do agrupamento de dez Municípios da CIRA, onde foi decidido que deveria existir uma qualificação prévia de fornecedores para a energia, de modo a facilitar o trabalho dos próprios Municípios, que posteriormente teriam de fazer, *per si*, a devida consulta de mercado. -----

----- Clarificou, por fim, que se optou proceder à contratação por um ano, face à oscilação existente do mercado. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Solicitou esclarecimentos ao executivo, nomeadamente, se a CIRA celebrou acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para o lote I, para além da tensão baixa BTN, baixa tensão especial BTE e para a média tensão MT, também para a baixa tensão normal de iluminação pública BTN-IP. -----

----- Questionou, também, qual a redução efetiva e de facto, nos encargos plurianuais na contratação do fornecimento de eletricidade através da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da região de Aveiro (CIRA). -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Deu nota que a CIRA, na consulta que efetuou para que as entidades ficassem habilitadas a concorrer, através da recolha da quantidade de energia que os Municípios iam consumir, resultou a definição por áreas e por lotes: a baixa tensão normal, onde se encontra a IP, a baixa tensão especial e a média tensão, que abrange equipamentos que tenham um PT associado. -----

----- Esclareceu que a pré-qualificação implicou que as empresas dissessem quais eram os seus preços e que comunicassem caso houvesse evolução dos mesmos com o decorrer do tempo, uma vez que a pré-qualificação terminou em setembro. -----

----- Explicitou, ainda, que os preços do contrato anterior eram inferiores aos do momento, significando que não haverá redução e reforçou também a previsão do acréscimo de mais de meio milhão de euros em pagamentos, tendo sido possível, apenas, minimizar a questão galopante dos preços da eletricidade. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Informou todos os presentes que houve reunião da Comunidade Intermunicipal durante a manhã desse dia, juntamente com a CCDRC, sendo que a energia foi um dos assuntos debatidos, onde se falou que a previsão existente para 2020/2030 e para o PRR seria uma aposta gradual na utilização de energias limpas. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.2 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º25 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Proposta para Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) – Contratação do Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade – AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.3 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º16 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto**, sendo dado o uso da palavra à Vereadora Lília Ana Águas, a fim de que fosse apresentado o assunto; -----

----- Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – Procedeu à declaração: *“Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem”*. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por explicitar que o ponto em questão adveio da não aceitação da transferência de competências na área da ação social no ano de 2021, entrando automaticamente em vigor, a delegação de competências em 2022. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou, que decorreu um processo de negociação entre a Câmara Municipal e a Tutela e que relativamente aos mapas e às propostas apresentadas, houve uma retificação do valor proposto e o esclarecimento se a delegação de competências entraria em vigor em janeiro ou abril de 2022. Explicitou que houve a preocupação da Câmara Municipal se reunir com os parceiros da Ação Social que tinham protocolos com a Segurança Social, de modo a perceber quais as condições para a aceitação da transferência de competências, tendo sido decidido o mês de abril para o efeito, dada a necessidade de contratar recursos e negociar novos protocolos.

----- Deu conhecimento de que os protocolos que estavam assumidos, naquele momento, entre a segurança Social e as IPSS, eram completamente desfasados relativamente os encargos assumidos pelas mesmas, existindo assim, a necessidade de renegociação para que os municípios não ficassem sem o serviço e para que as IPSS não tivessem prejuízo, conforme o que tem vindo a acontecer nos últimos anos. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Afirmou que Câmara Municipal tem tido um posicionamento visível e alargado em matéria de ação social, embora tenha reconhecido um longo caminho a percorrer. -----

----- Deu nota da existência de uma rede de IPSS e de outras associações ou coletividades de cariz social que, embora atravessassem dificuldades, permitiam dar resposta a diferentes necessidades existentes, conjugado com o papel importante das juntas de freguesias. -----

----- Referiu que a ação social, a saúde e a educação, entre outras áreas, contemplavam um bolo de competências que, quando não homologadas com o devido pacote financeiro e com articulação logística, humana e burocrática, poderia condenar os Municípios e as entidades intermunicipais a uma falência económica e institucional. -----

----- Afirmou que o PSD sempre adotou uma posição favorável na delegação de competências, quando os Municípios estivessem preparados para a sua receção, uma vez que os Municípios que mais depressa se adaptassem a novas realidades, mais depressa teriam a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

capacidade de sustentar respostas a dar aos seus munícipes. -----

----- Saliu a importância da criação da comissão de acompanhamento, acautelada pela operacionalização da transição de competências, uma vez que se não tivesse o tempo devido para ser executada, poderia comprometer a eficácia da transição de competências.

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – Procedeu à declaração: *“Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem”*. -----

----- Após ter dirigido os cumprimentos aos presentes, disse que a transferência de competências para o poder autárquico se tratava de um risco, mas também de um desafio, em que era previsto um período de transição gradual, que devia ser aproveitado. Assim, afirmou que a postura de rejeição que tem sido demonstrada, consistia em desaproveitar o período de transição, para criar um ajustamento. -----

----- Referiu que a ação de fiscalização era complexa, exigindo alguma especialização a nível de recursos humanos, no entanto disse ser perceptível a posição do executivo, em solidariedade com a posição que tem sido marcada pela CIRA. Explicitou que as autarquias locais se tratavam de estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, o que se traduzia num melhor atendimento e numa resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial os mais vulneráveis socialmente. -----

----- Alertou para a questão de o concelho de Oliveira do Bairro estar marcado pelo envelhecimento populacional, onde a ação social era de extrema relevância, sendo visível que esse facto era reconhecido pelo executivo, uma vez que se tratava uma área em que tem sido investido bastante, no entanto deu conhecimento das consequências que o período de transição trará, pois a assunção da competência como obrigação e na última das hipóteses, significará uma carga muito grande a suportar de uma só vez, o que afetará negativamente quem mais tem necessidade de acompanhamento na área social. -----

----- Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – Explicitou que a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

transferência de competências na área social abrangia duas áreas, o SAS E RSI, que já se encontravam a ser prestados por duas entidades concelhias, não existindo nenhuma recusa nem atraso na assunção de competências por parte do Município. -----

----- Esclareceu que as verbas protocoladas pela tutela para a transferência da competência em questão não eram suficientes, mas que o serviço continuava a ser prestado com o apoio do Município, de forma indireta. Informou que o total de 300 famílias que beneficiavam do apoio, não ficavam sem o mesmo por falta de transferência de verba pela tutela. -----

----- Manifestou ter sido obrigação do Município alertar a tutela para a falta de verbas associada à transferência das competências e reunir com as entidades para apurar se as mesmas se encontravam dispostas a continuar a assegurar o serviço. Nesse sentido, referiu que foi transmitido pelas IPSS que as mesmas estariam dispostas a continuar, mas não com as condições asseguradas pela Segurança Social de momento e que o Município teria de assumir uma parte, nomeadamente nos apoios eventuais referentes ao pagamento de contas de água e outros que não estão concretamente especificados. -----

----- Referiu, ainda, que o Município estava pronto para assumir a delegação de competências, tendo vindo a fazer muito para além das suas competências nessa área, conjuntamente com as IPSS que conheciam a realidade e as necessidades das famílias. -----

----- Partilhou com os presentes que se encontrava, já há um mês, a aguardar uma reunião com a Segurança Social, para que sejam esclarecidos os termos do protocolo que têm em vigor com as IPSS, tendo sido respondido ao Município que se encontravam a aguardar instruções da tutela. Referiu que devido à inexistência de respostas por parte da Segurança Social, não existiam condições para assumir a delegação de competências em janeiro. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Reforçou que as transferências de valores financeiros por parte da tutela, se encontravam muito abaixo do custo estimado e real, para a assunção das competências que estão previstas na área social. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Referiu que a não aceitação da transferência de competências resultava do trabalho que estava a ser desenvolvido para que as mesmas fossem assumidas na sua totalidade, nomeadamente o contacto com as IPSS e com a Segurança Social, para que o assunto não fosse descurado da sua importância, envolvendo agregados familiares, numa linha de exclusão social muito frágil. -----

----- Alertou que todas as tramitações legais e procedimentos se encontravam documentados, tendo sido realizado um levantamento do que faltava fazer para que a assunção plena dessas competências se concretizasse até de abril de 2022, não existindo motivos para não acolher a proposta da Câmara Municipal em não assumir as competências em 2021, assumindo-as em abril de 2022. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Afirmou que a transferência de competências para o poder autárquico se tratava de um risco, mas também de um desafio, sendo que algumas autarquias já tinham assumido essas responsabilidades, com mais ou menos verba. -----

----- Referiu que a transição gradual de competências deveria ser aproveitada pelo poder autárquico dado que o Município se encontrava a desaproveitar esse período de ajustamento. Afirmou compreender as dúvidas e interrogações, no entanto deu nota que era necessária ousadia para avançar, mesmo que no escuro. -----

----- Alertou que o período de transição já se aproximava, existindo a necessidade de o aproveitar, de modo a não ser demasiado, ao mesmo tempo, para o Município suportar. -----

----- Vereadora **LÍLIA ANA DA CRUZ OLIVEIRA MARTINS ÁGUAS** – Afirmou que não existiam incertezas e que a informação apresentada no ponto em questão contemplava todas as fundamentações pela não aceitação em 2021 e só em abril de 2022, nomeadamente o recurso à segurança Social que não quis ser transferido para o Município e os valores escassos que a tutela pretendeu transferir. -----

----- Esclareceu que o tempo que irá decorrer até à efetiva transferência de competências



Oliveira do Bairro assembleia municipal

servirá precisamente para os ajustamentos necessários e que o serviço continuava a ser prestado, sendo que a preparação do Município já decorria há cerca de dois anos. Afirmou não compreender como é que lhe estava a ser dito para existir uma antecipação, quando a própria tutela não conseguiu dar informações da forma como deveriam ser feitos os protocolos com as IPSS para assegurar o serviço, esclarecendo que se tivessem sido obtidas respostas a proposta apresentada seria outra. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.3 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º16 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto, foi Aprovado por Maioria, com 23 Votos a Favor e 2 Votos Contra.** -----

----- Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PS Armando Humberto e Carolina Ribeiro. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.4 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º21 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social],** sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Deu nota da existência de uma reunião de urgência com o Senhor Secretário do Desporto, no âmbito do acompanhamento da pandemia COVID, onde foi demonstrada a preocupação dos Municípios relativamente ao impacto da pandemia nas IPSS, na saúde, incluindo a problemática da ausência da Segurança Social em muitos momentos para com as IPSS e ausência de respostas em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

situações como a descentralização de competências. -----

----- No que diz respeito à saúde, referiu que não tem sido adotada uma atitude clara quanto aos procedimentos de abertura das unidades de saúde, extensões de saúde e postos de saúde do concelho e que os concelhos que tinham assumido competências nessa área não tinham conseguido chegar mais além. -----

----- Esclareceu que o Município de Oliveira do Bairro em 2021, assumiu um conjunto de competências na área das infraestruturas rodoviárias, onde existe um acordo entre o Município e a entidade que gere as mesmas, tendo em consideração que existiu o cuidado por parte dos serviços técnicos em exercer pressão para obter respostas em matérias de descentralização de competências por parte da tutela. Assim, referiu que era fácil de compreender o motivo pelo qual os 11 Municípios da Comunidade Intermunicipal não queriam assumir a competência em 2021 e apenas em 2022, no mesmo período em que o Município assumirá competências na área de ação social. -----

----- Não existindo qualquer intervenção no período de debate do ponto, foi efetuada a Votação, verificando-se que o ponto **4.4 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 21 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social], foi Aprovado por Maioria, com 23 Votos a Favor e 2 Votos Contra.** -----

----- Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PS Armando Humberto e Carolina Ribeiro. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.5 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 22 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Dirigente Intermédio – Designação do Júri**, sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

apresentado o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que decorre da própria lei o dever de ser nomeado júri e que deve ser o órgão da Assembleia Municipal a reconhecer as características e idoneidade desse mesmo júri para a escolha de um dirigente, neste caso dirigente geral para a área financeira, tal como foi feito para vários outros concursos que decorreram no anterior mandato. -----

----- **LUÍS SÉRGIO DA SILVA PELICANO** – Procedeu à declaração: “*Eu, Luís Sérgio da Silva Pelicano, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar nota que o processo que antecedeu a proposta entregue para votação em Assembleia, foi publicado em Diário da República em 5 de dezembro de 2019, tendo contado apenas com quadro candidatos, um dos quais não foi aprovado na fase de avaliação curricular e outro que terá desistido, tendo ficado o Município com 2 candidatos disponíveis para, eventualmente, assumir funções. -----

----- Fez referência ao facto de os serviços, desde 2019, estarem privados de um dirigente de forma consolidada e referiu que a captação dos melhores não se conseguia, exclusivamente, através de um procedimento concursal, passando também pela atribuição de incentivos aos trabalhadores do Município, de modo a estimular os mesmos e a aliciar aqueles que possam vir a integrar os quadros. -----

----- Disse, exemplificando, que o Município poderia celebrar protocolos de cooperação com entidades externas que visem a atribuição de condições especiais aos trabalhadores da autarquia, informando-os da aquisição de bens e serviços em que poderão beneficiar nas mais diversas áreas, não tendo o Município de estabelecer qualquer obrigação contratual com essas entidades para o efeito. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que não existia nada a opor ao documento apresentado, sendo que a composição do júri cumpria todos os requisitos legais. Manifestou, assim, que a bancada do PSD não via qualquer inconveniente na sua aprovação, votando favoravelmente. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que existiam no mercado diversas entidades que se dedicavam a ter uma bolsa de fornecedores para serem apresentadas aos Municípios. -----

----- Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro zelava pelo cumprimento do CCP e não obstante a oferta do mercado, era entendimento do Município consultar as empresas e proceder ao lançamento de concurso público, sendo mais correto do que estabelecer esse tipo de parcerias que poderiam enviesar o cumprimento do CCP. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.5 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 22 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Dirigente Intermédio – Designação do Júri, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.6 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas,** sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Deu nota que o Município se candidatou a um conjunto de projetos relacionados com a transição energética, no seguimento das diversas atividades e aquisições relativas à proteção ambiental. -

----- Explicitou que, no âmbito da candidatura, foi facultada a hipótese de proceder à troca de 4 viaturas que se encontrassem mais obsoletas e que consumissem energia fóssil, por 4 viaturas novas movidas a eletricidade. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Esclareceu que a candidatura tinha premissas obrigatórias, nomeadamente, que a aquisição das viaturas fosse efetuada por 2 duas formas, *renting* ou *leasing*, tendo o Município optado pelo *leasing*. Referiu que, uma vez que a esperança média de vida das viaturas no concelho é superior a quatro anos, não faria sentido recorrerem ao *renting*, através do aluguer, dado que as viaturas faziam 10.000 quilómetros e não seria adequado voltarem novamente ao mercado com um valor de realização muito elevado. -----

----- Informou que o Município será apoiado com metade do valor que estava na proposta e que tinha sido feita a escolha dos fornecedores através de concurso público. -----

----- Explicitou que o Município não tinha necessidade de proceder ao compromisso financeiro em questão, no entanto para receber o apoio da candidatura, era necessário recorrer a essa via, tendo em consideração que existia capacidade de endividamento do Município para o efeito. -----

----- Esclareceu, ainda, que tinha existido um ajustamento a nível da calendarização na proposta inicial apresentada em reunião de câmara, onde foi aprovada pelo executivo, derivado da dificuldade em encontrar fornecedores para os equipamentos, no entanto essa dificuldade tinha sido ultrapassada, motivo pelo qual se estava a apresentar o documento para aprovação. -

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Primeiramente, parabenizou o executivo pela atenção prestada ao tipo de concursos em questão e pela sensibilização na matéria de energias renováveis. -----

----- Questionou o motivo pelo qual 2 das viaturas iam ser adquiridas à Dinastia Motriz Lda. por 46.700 € + IVA e as outras 2 viaturas iam ser adquiridas à Renault Portugal S.A. por 46.695,77 € + IVA, uma vez que a concessionária Renault iria perder 2 viaturas para a Dinastia Motriz, que não se tratava de uma concessionária direta da marca. Questionou, assim, se as 4 viaturas tivessem sido negociadas, se não traria vantagens para o Município e ainda, se não seria possível aceder ao desconto de frota atribuído aos privados. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **VALDIR ANTÓNIO COIMBRA** – Procedeu à declaração: “*Eu, Valdir António Coimbra, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Após ter dirigido os cumprimentos a todos os presentes, deu nota que a proposta apresentada no ponto em questão traduzia os comportamentos e as práticas pró-ambientais já empenhadas no Município, como, por exemplo, o projeto Para mais Reciclar, com o objetivo de incentivar a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos por parte da população, mas também o projeto que visava o controlo preventivo e de ação rápida de exemplares isolados, dispersos ou em pequenos núcleos de erva-das-pampas. -----

----- Referiu, ainda, que o Município promoveu, em parceria com o Instituto Português do Desporto e da Juventude e as Juntas de Freguesia do Concelho, o projeto Operação Verde no âmbito do Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, no qual os jovens, percorrem diversas áreas, de bicicleta ou a pé, a fim de identificar situações de risco de incêndio ou prejudiciais para o meio ambiente. -----

----- Disse que, para além dessas práticas, o Município de Oliveira do Bairro obteve distinção através da atribuição de um selo de qualidade por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, destacando o bom desempenho no âmbito ambiental. -----

----- Explicitou que a proposta de aquisição de 4 viaturas, fazia todo o sentido ser aprovada, enriquecendo a estratégia ambiental do Município. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Explicitou que na apresentação do ponto, ainda não tinha feito referência ao aluguer operacional, que se assemelhava muito ao *leasing*, tendo apenas algumas circunstâncias relacionadas com o valor residual. Esclareceu que o *renting* se tratava de um aluguer puro e pressupunha um conjunto de serviços associados de manutenção, que o *leasing* retirava essa vertente e o valor pago na última renda seria muito residual relativamente ao valor da viatura e que o aluguer operacional era um misto dos dois, apesar do valor final ser substancialmente maior. -----

----- No que diz respeito ao concurso, esclareceu que numa primeira fase só existiu proposta



Oliveira do Bairro assembleia municipal

para um dos lotes de 2 viaturas para as viaturas de cinco lugares, existindo a necessidade de voltar ao mercado uma segunda vez porque não existiam fornecedores com carrinhas de 3 lugares disponíveis. -----

----- Clarificou que existiam vários patamares para o Município: o ajuste simples, o ajuste direto, a consulta prévia ou preliminar e depois o concurso público. Esclareceu que o desconto de frota não cabia ao Município, e que lhes eram apresentadas as melhores ofertas, dentro dos melhores preços, segundo as características descritas no caderno de encargos. Relativamente à questão de as viaturas serem adquiridas a uma concessionária ou não, disse que o concurso tem por base o mercado livre para que qualquer empresa pudesse concorrer livremente. -----

----- Disse, ainda, que o Município já possuía duas viaturas elétricas e que na aquisição da segunda viatura existiu algum receio derivado de o fornecer não ser conhecido, no entanto foi cumprido o que constou no caderno de encargos e resultou bem para o Município. Afirmou ter referido esta situação para explicitar como decorre a contratação e a escolha dos fornecedores.

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Afirmou que as IPSS tinham um apoio de 75% a 80% na aquisição de viaturas 100% elétricas para a prestação de apoio domiciliário e que o mercado não tinha capacidade de fornecer às IPSS que se candidataram a essas viaturas de 3 lugares. –

----- Alertou para a questão de as baterias das viaturas elétricas terem um prazo de durabilidade, com uma previsão de 4 a 5 anos, e o seu custo ser dispendioso, facto que deveria ser ponderado relativamente à questão de manter ou não a viatura com recurso ao *leasing* ou *renting*. Para esse efeito, referiu que deveria existir um estudo relativo à durabilidade e custo, bem como relativamente às vantagens e desvantagens de uma situação ou de outra. -----

----- Questionou se o estudo tinha sido feito e se tinha sido ponderado o custo da mudança de baterias e também o pagamento da sua reciclagem. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que a durabilidade esperada das baterias das viaturas era de 8 anos, com garantia,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

tendo o estudo sido efetuado com essa base. Afirmou que caso a bateria durasse 4 anos, seria um erro recorrer ao *leasing*, sendo preferível o *renting* transferido para aluguer, devido ao seguro contratualizado e questões de manutenção, para além de que nesse tipo de aluguer bastaria a decisão do executivo para efetuar contrato. -----

----- Deu nota da existência, no Município, de uma viatura 100% elétrica para recolha de resíduos urbanos que tinha 4 anos e a bateria estava em bom estado. Informou, também que a autonomia dos automóveis, tinha cada vez mais tendência a aumentar, sendo que a última viatura adquirida, Renault ZOE, tinha uma autonomia de 400.000 quilómetros e era carregada regularmente no edifício. -----

----- Referiu que se houvesse cuidado com os equipamentos, a durabilidade seria maior e tendo em conta todos os motivos já explicitados foi decidido adquirir as viaturas, mantendo-as pelo menos mais quatro anos. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.6 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.7 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 9 | GAP – Prestada pelo Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta 325|GAP – Apoio Financeiro para a Participação para Aquisição de Terrenos – Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça.**

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Informou os presentes de que o Senhor Primeiro Secretário da Mesa André Chambel e o Senhor Presidente de Junta Luís Ruivo se iriam ausentar da sala, devido a impedimento de participar na discussão e votação do ponto. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou ainda não ter feito a sua declaração de autorização da filmagem e da transmissão de áudio e vídeo em direto e online, mas procedeu à declaração com efeitos retroativos ao dia em que a Assembleia começou a ser transmitida e apelou a todos os membros da Assembleia Municipal que não o tivessem feito, o fizessem, por forma a garantir que não houvesse problemas de futuro. -----

----- Solicitou ao membro da Assembleia Acácio Oliveira que se deslocasse, para que compusesse a Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, a fim de que fosse apresentado o assunto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Procedeu à declaração: *“Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem”*. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que o motivo do assunto ir à Assembleia, resultou de um lapso numa informação, cujo número de um artigo matricial estava errado, não alterando em nada o apoio ou o negócio realizado. Explicitou, que no zelo pelo cumprimento da lei, procedeu-se à correção dessa formalidade para apreciação em Assembleia municipal. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Afirmou que gostava de dar reconhecimento e enaltecimento à proposta, porque o reconhecimento de erros era uma forma de estar na política, uma vez que se tratava de uma postura que deveria ser enaltecida para resolver os problemas e beneficiar os munícipes e os fregueses da Palhaça. -----

----- Dirigindo-se à Mesa da Assembleia Municipal, alertou para o facto de os pontos não serem introduzidos no momento da votação, de forma a que os munícipes que estivessem a assistir em casa, pudessem acompanhar o que estava a ser votado. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

FERREIRA – esclareceu que o ponto era introduzido inicialmente e apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, debatido pelos membros e nesse seguimento vinha a votação, não estando a compreender a dúvida sobre a proposta que estaria a ser votada. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Explicitou que o executivo não aprovava a saída de euros sem avaliação prévia, tendo inclusive contratado um perito para a avaliação do imóvel. -----

----- Esclareceu que, de acordo com a informação prestada pela Junta da Palhaça, o imóvel em questão tinha o número do artigo urbano 646, tendo sido apresentado para aprovação em câmara municipal e em Assembleia municipal a 20/04/2021, na qual foi aprovada por unanimidade. -----

----- Enalteceu o reconhecimento do erro por parte dos serviços da Câmara Municipal e a correção para o artigo urbano 2069 e disse ser de toda a transparência o reconhecimento do erro para trazer de novo a votação no órgão deliberativo. -----

----- Disse que esperava que o rigor se estendesse durante o mandato do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aplicando corretamente a essência da democracia. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Esclareceu que não tinha existido qualquer lapso por parte da Junta de Freguesia da Palhaça, uma vez que a troca dos artigos tinha sido lapso da Câmara Municipal. -----

----- Não existindo intervenções para o segundo período de debate, efetuou-se a Votação, verificando-se que o ponto **4.7 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º9 | GAP – Prestada pelo Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta 325|GAP – Apoio Financeiro para a Comparticipação para Aquisição de Terrenos – Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça** foi **Aprovado por Unanimidade, com 23 Votos a Favor.** -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.8 – Apreciação e Votação da**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da Mesa da Assembleia Municipal - Plano de Atividades da Assembleia Municipal para o ano de 2022, sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto; -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota que vinha no seguimento da intervenção do Sr. António Campos, do cumprimento do Regimento e do rigor e explicitou que se tratava da apresentação do plano de atividades já previsto há algum tempo. -----

----- Referiu que a aprovação do plano de atividades era prevista no Regimento da Assembleia Municipal anterior, sendo obrigatória a sua aprovação no mês de setembro e que pela primeira vez em quatro anos, vinha este assunto a Assembleia para aprovação. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Questionou o motivo pelo qual o Senhor Presidente da Assembleia se dirigiu à sua pessoa no que respeita ao rigor. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Esclareceu que o membro António Campos tinha apelado, durante a sua intervenção ao rigor da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – Afirmou que era do interesse da bancada do PS apresentar uma proposta a acrescentar, futuramente, ao Plano de Atividades, que consistia na criação de uma Assembleia Municipal Jovem, já apresentada também no Conselho Municipal de Juventude em junho de 2020. -----

----- Deu nota da existência da dificuldade e incapacidade da esfera pública se relacionar com os cidadãos, através dos seus órgãos, resultando na desmoralização quase total dos órgãos políticos devido à falta de transparência e excesso de burocracia, colocando sucessivamente em causa a credibilidade dos órgãos representativos do Estado. -----

----- Explicitou que a bancada do Partido Socialista propunha a criação de uma Assembleia Municipal jovem para os alunos do concelho desde o segundo ciclo do ensino básico até ao



Oliveira do Bairro assembleia municipal

secundário, sendo um espaço de reflexão e debate sobre temas direcionados à faixa etária em questão, valorizando as suas opiniões, possibilitando a exposição das suas ideias, a partilha das suas preocupações e encontro de soluções comuns sem qualquer ligação direta a juventudes partidárias ou associações do mesmo carácter. -----

----- Afirmou que os jovens, na sua maioria, não eram chamados à escolha de quem os representa e à intervenção pública, importando saber quais os seus contributos e dar-lhes voz junto dos órgãos municipais, de modo a desenvolver e aprofundar o espírito de participação cívica e política no seio da comunidade escolar, contribuir para a formação de jovens através do desenvolvimento integral da sua personalidade, informação de carácter, promover capacidade de argumentação no debate e defesa das ideias entre pares, com respeito pelos valores da tolerância, convivência democrática e da formação das decisões, mas também estimular a formação política e cidadã dos jovens por meio de atividades que os levassem a compreender melhor a organização dos poderes, em particular o legislativo com a elaboração de listas, eleição de membros da Assembleia, levando também ao entendimento da importância da participação popular. -----

----- Referiu que a Assembleia Municipal Jovem já existia, com sucesso de aderência em vários concelhos do distrito de Aveiro, dando a título de exemplo, Ovar, São João da Madeira e Águeda, que desenvolveram um trabalho conjunto entre os Municípios e os Agrupamentos Escolas, tendo cada mandato a duração de um ano. Esclareceu, quanto às propostas aprovadas nesse órgão, que as mesmas deveriam ser apresentadas e aprovadas pelo executivo da Câmara Municipal e implementadas no ano seguinte ao da sua aprovação. -----

----- Apelou, ainda, à reflexão consciente acerca dos benefícios da proposta apresentada, lembrando que a simplificação do diálogo juvenil com o Município traduzir-se-ia numa mais valia para o concelho. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **MIRIAM ZULAY PEREIRA FERREIRA** – Procedeu à declaração: “*Eu, Miriam Zulay Pereira Ferreira, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Após dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes, reportando-se ao plano de atividades, mencionou que se tratava um passo importante para a implementação de uma estratégia para o desenvolvimento de qualquer instituição e de todo pertinente no que respeitava à transposição para a prática daquilo que era recomendado pelo Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Contudo, referiu que o plano de atividades proposto carecia de algum polimento e aperfeiçoamento, afirmando que não deveria ser apenas um enumerar de atividades avulsas, deveria ser ponderado e criado com base nos métodos de planeamento administrativo, contemplando a definição da estratégia, descriminando os objetivos a atingir, fazendo a programação de ações e a afetação de recursos, começando por definir a missão, a visão e os valores pela qual se rege a instituição, elencando quais as suas linhas de orientação estratégica, objetivos estratégicos e quais os seus *stakeholders*, uma vez que existia interação com um vasto número de entidades. -----

----- Deu nota que deveriam ser determinados objetivos operacionais que concorriam de forma direta para que os objetivos estratégicos e que deveriam ser explicados com base na definição SMART, ou seja, deveriam ser específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporizáveis. -----

----- Afirmou, ainda, que os objetivos estratégicos visavam a totalidade do problema, devendo ser elaborados com verbos de precisão, evitando um duplo entendimento do que se pretendia realizar, enquanto que os objetivos operacionais, por sua vez, serviam para delimitar e detalhar os objetivos gerais, referindo-se à descrição dos resultados a alcançar. Assim, explicitou que existiam um conjunto verbos adequados à definição de objetivos, tais como avaliar, analisar,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

promover, demonstrar, organizar, capacitar e desenvolver entre muitos outros, no entanto as atividades da Assembleia Municipal decorriam diretamente das atribuições que lhe estavam cometidas pela respetiva lei orgânica e a terminologia devia ser ainda mais explícita, usando verbos como elaborar, estabelecer, quantificar, realizar, organizar ou determinar. -----

----- Concluiu que o plano deveria ser melhorado, de forma a atingir o seu pleno objetivo. -

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Parabenizou o Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa da Assembleia Municipal pela forma como queriam gerir o mandato na liderança da Assembleia Municipal, adotando uma marca diferenciadora na apresentação do plano de atividades. -----

----- Afirmou que deveria ser um trabalho participado por todos, por bancadas e membros da Assembleia, de modo a que fosse concretizado o que advinha do plano de atividades, resultando em benefícios para todos e extravasando a mensagem específica do que cada um com as suas distinções defendia e na valorização da própria Assembleia. -----

----- Deu mérito à proposta apresentada pela líder do Partido Socialista, relativamente à Assembleia Municipal Jovem, relembrando um conjunto de iniciativas que acontecia na altura em que o PSD era executivo municipal para aproximar os jovens da política e da realidade local. ----

----- Manifestou que poderiam contar com o comprometimento do Partido Social Democrata em assumir e estender o plano de atividades da Assembleia Municipal, que iria orgulhar certamente os munícipes do concelho. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – Procedeu à declaração: *“Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem”*. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que apesar de a Mesa da Assembleia Municipal não ter uma composição espectacular por nenhum partido, os trabalhos estavam a decorrer bem e que na sua opinião, iriam



Oliveira do Bairro assembleia municipal

desenvolver um trabalho profícuo para o engrandecimento da Assembleia municipal. -----

----- Demonstrou o seu desagrado para com alguns comentários relativamente à Assembleia Municipal e Mesa anteriores e da forma como os trabalhos decorriam nos últimos 4 anos, relembrando que estavam todos a trabalhar para o bem comum e que a responsabilidade pertencia a todos, uma vez que se regiam pelo mesmo Regimento, os mesmos direitos e deveres.

----- Afirmou que a proposta apresentada pela líder de bancada do Partido Socialista era uma proposta que já vinha de há quatro anos, no entanto o COVID impediu a sua concretização, embora tenha sido um assunto já discutido também no Conselho Municipal da Juventude presidido pela vereadora Susana Martins. -----

----- Alertou que, tendo em consideração que a proposta pretendia a coordenação com o agrupamento de escolas, bem como a questão de as decisões da Assembleia Municipal Jovem virem a ser implementadas pela Câmara Municipal, entre outras circunstâncias, seria necessária a elaboração de um regulamento municipal, incluindo a parte orçamental e seria necessário dar formação aos jovens, convidando-os para assistir às Assembleias municipais tal como era feito no mandato do Dr. Manuel Nunes, de modo a que se sentissem integrados e chamados a participar posteriormente. -----

----- Afirmou recordar-se de quando era mais novo, pensar que a geração a que pertencia seria aquela que viria salvar a democracia, no entanto, disse que agora era outra geração de pessoas mais novas que iria fazer com que houvessem melhores políticos. -----

----- Realizou a proposta não escrita, perante à Assembleia, de o assunto da Assembleia Municipal Jovem vir a ser discutido em sede de Comissão Permanente, chamando um membro integrante da Câmara Municipal, para que se começasse a trabalhar num eventual regulamento e na sua implementação. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – Começou por dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Procedeu à declaração: “*Eu, Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata, declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Deu nota que todos os membros tinham as mesmas responsabilidades e deveres, mas não tinham as mesmas competências. -----

----- Referiu que o Plano de Atividades tinha o seu mérito, elencando a promoção de eventos de carácter formativo que envolviam a comunidade nas dinâmicas da Assembleia Municipal e afirmou que faria sentido não especificar o evento da Assembleia municipal para crianças em particular, porque estava subjacente ao que consta no documento. Disse que era, também, importante perceber o enquadramento do evento, já que envolvia a articulação com o Agrupamento de Escolas. -----

----- Afirmou que o documento proposto permitia latitude, capacidade de intervenção, tinha mais-valias e poderia ser melhorado. Contudo, esclareceu, que na sua opinião pessoal deveria ser aprovado, uma vez que na tentativa meritória de enriquecer o documento, se poderia colocar algum tipo de condicionalismos e obrigar à sua paragem, pelo menos durante algum tempo. -----

----- Parabenizou, por fim, a Mesa da Assembleia, o seu Presidente e os seus secretários pela iniciativa meritória de aprovação. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Esclareceu que o documento foi, também, apresentado na Comissão Permanente e que contemplava a questão do Regimento e a questão da conclusão do processo do Código de Conduta. -----

----- Informou que ficou em aberto a criação de um grupo de trabalho para apoiar a concretização de eventos previstos no Plano de Atividades, que na próxima reunião da Comissão Permanente iria ser finalizada para aprovação em Assembleia municipal, de modo a que se pudesse atingir os objetivos de dignificação e visibilidade ao órgão, respeitando o relacionamento institucional com as entidades do concelho, e tendo em consideração, também, a proposta apresentada pela líder de bancada partido Socialista, primando por um mandato profícuo em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

benefício do concelho e do engrandecimento do órgão. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Agradeceu todos os contributos que estavam a ser dados pelas bancadas e afirmou que era sinónimo de uma mudança necessária, de desafios e incentivos que transpusessem a Assembleia municipal para fora de quatro paredes. -----

----- Explicitou que a Assembleia era um órgão fiscalizador, mas também um órgão representativo, sendo que o documento permitia começar a pensar em ideias, propostas e sugestões para que a Assembleia funcionasse com dignidade, bom senso, diligência e com respeito de uns para com os outros, respeitando também o executivo na forma de ser e na forma de estar. -----

----- Disse que, em nome da bancada do Partido Socialista, iriam trazer mais propostas e desafios, tal como o proposto pela Mesa da Assembleia Municipal, para que cada um começasse a pensar, a gizar planos e ideias para que se pudesse sair da Assembleia com outra maneira de ser e de estar e para que a Assembleia fosse serena e calma, havendo respeito mutuamente, independentemente da cor partidária. -----

----- Referiu que a Assembleia estava fora do contexto da política nacional e que cada um tinha responsabilidades para estar no órgão fiscalizar, fazendo de tudo para que as coisas corressem bem em colaboração com o executivo e que a atitude de todos devia continuar a ser nobre e altruísta, merecedora da confiança dos munícipes que depositaram o voto nas urnas nas últimas eleições. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou um pedido de esclarecimentos à líder de bancada do Partido Socialista, relativamente a se a proposta que foi feita chegar à mesa seria para votar ou seria para ser tida em consideração e baixar à Comissão permanente no sentido de melhorar o documento. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – Esclareceu que a proposta não era para ser votada de momento, que seria para aplicar futuramente e para ser tida em consideração. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Agradeceu o esclarecimento e afirmou que a proposta de aprovação do Plano de Atividades para 2022 se encontrava em condições de ser votada. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.8 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da Mesa da Assembleia Municipal - Plano de Atividades da Assembleia Municipal para o ano de 2022**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor**. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.9 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 - Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade (ROEPP)**, sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto, que por sua vez passou a palavra ao Vice-Presidente da Câmara. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Explicitou que o ponto em questão se tratava de uma revisão do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, uma vez que tinha surgido a necessidade de criação de regras e de normas para a instalação de postes de carregamento de veículos elétricos. -----

----- Informou que a revisão foi aproveitada para incorporar alterações legislativas noutras áreas, nomeadamente no licenciamento zero da publicidade e também pontualmente situações em casos de obras e mobiliário urbano. -----

----- Esclareceu que se tratava de um documento técnico aprovado por unanimidade em reunião de câmara, que esteve em discussão pública e não deu origem a participações. Disse que, na sua opinião, era um documento bem elaborado e parabenizou a Doutora Teresa Coutinho e a Doutora Isabel Simões pela sua elaboração. -----

----- **FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS** – Procedeu à declaração: “*Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que, no seguimento de outros projetos e regulamentos municipais, o executivo municipal tem, de forma estratégica e metódica, respondido às necessidades das suas populações em prol do seu maior bem-estar e qualidade de vida. -----

----- Deu nota de que o executivo municipal realizou, na semana anterior, a apresentação pública de dois projetos de reabilitação e requalificação urbana da zona central da Vila de Bustos e do Centro Urbano da Vila da Palhaça e tendo em conta de que se tratavam de projetos alargados e que faltavam os projetos especialização, questionou se existia a possibilidade da instalação de postos de carregamento para veículos elétricos, no seguimento daquilo que era a prossecução de uma política amiga do ambiente e do bem-estar dos munícipes. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Questionou se o projeto de regulamento de ocupação de espaço público e publicidade não deveria fazer menção à matéria de fixação de propaganda política, regulada na Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, a qual veio definir as condições básicas e os critérios de exercício das atividades de propaganda, tendo atribuído às câmaras municipais a competência para ordenar e promover a remoção dos meios e mensagens de propaganda política em determinados condicionalismos, nomeadamente os previstos no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 97/88 e devendo para o efeito, a Câmara municipal notificar e ouvir, em primeiro lugar, as forças políticas em causa e, de seguida, aplicar o artigo n.º 6 da Lei n.º 97/88 da remoção da propaganda legalmente fixada. -----

----- Alertou para o estado das estruturas espalhadas por todo o concelho, dado que muitas se encontravam deterioradas e enferrujadas, uma vez que foram usadas pelos partidos políticos nas eleições autárquicas anteriores, causando algum impacto ambiental. Referiu que, segundo a ética, o bom senso e o cumprimento da lei, os meios de mensagem deveriam ser retirados logo que o ato eleitoral findasse, seguindo as orientações da Comissão Nacional de Eleições. -----

----- Relativamente aos postos de carregamento de veículos elétricos, questionou se o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

executivo já tinha na sua posse algum estudo ou algum projeto sobre a colocação a curto ou médio prazo dos postos de carregamento de veículos para todas as freguesias, que deveriam ser colocados em pontos estratégicos para que os carros que começassem a circular com mais frequência pudessem efetuar carregamentos rápidos. -----

----- **JOÃO DIOGO VITÓRIA** – Procedeu à declaração: “*Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que, não obstante durante o período de discussão pública não ter sido levantada qualquer observação ou sugestão, existiam alguns pontos merecedores de revisão e reformulação no que respeita ao disposto no artigo 80º e seguintes do projeto, relativamente ao regulamento de taxas. -----

----- Explicitou que para efeitos de investimento no campo da habitação urbana, existiam um conjunto de procedimentos prévios e licenciamento junto dos serviços camarários, demasiado burocráticos e onerosos, não só no Município, mas a nível nacional. -----

----- Exemplificou que, para a solicitação de uma autorização para utilização de domínio público para a betonagem de uma laje com viaturas próprias, eram aplicadas taxas constante do regulamento, que se traduziam numa exorbitância capaz de persuadir qualquer um a abandonar a ideia de investimento, extinguindo a vontade de investir e de melhor o património. -----

----- Solicitou que todos aqueles que foram eleitos se comprometessem a debater de uma forma diplomática e inteligente, a melhoria de condições e benefícios, de modo a atrair investimento a simplificar processos, refletindo sobre o alívio das taxas aplicadas em prol do bem económico, patrimonial e habitacional do Município. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Esclareceu que estava previsto um conjunto de instalações de postos de carregamento de veículos elétricos nos centros da cidade de Oliveira do Bairro e nas Vilas do concelho, bem como nas zonas industriais,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

estando a ser feita a preparação da parte burocrática do concurso e respetivo procedimento. ----

----- Referiu que, segundo a ética e o bom senso, esperava que esses valores imperassem e que rapidamente fossem recolhidas as estruturas que se encontravam pelo concelho. -----

----- Explicitou, ainda, que a questão das taxas não estava esquecida e que as mesmas se encontram espartilhadas por vários regulamentos, existindo um projeto de unificação das taxas a decorrer, através da elaboração de um regulamento único de taxas. Referiu que iria ser tido em conta a preocupação de não afastar os investidores, tendo, contudo, o cuidado daquilo que era a prática de outros Municípios e que o Município necessitava de receitas, uma vez que não existia despesa sem receita. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Questionou os membros se queriam inscrever-se para iniciar uma segunda ronda de intervenções, o que não ocorreu, tendo-se procedido à votação do ponto. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.9 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 – Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade (ROEPP), foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Seguidamente deu-se início ao ponto **4.10 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 205 – Mandato 2017/2021 – Apresentada pelo Presidente da Câmara – Projeto de Regulamento Municipal do Cartão Jovem de Oliveira do Bairro**, sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, que por sua vez passou a palavra à Vereadora Susana Martins, a fim de que fosse apresentado o assunto. -----

----- Vereadora **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – Procedeu à declaração: “*Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem*”. -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Esclareceu que se tratava de um regulamento que vinha a ser ansiado pelos jovens do concelho há vários anos e que teve origem numa proposta do CNJ. -----

----- Informou que o cartão iria contemplar vários benefícios para os jovens aderentes, através de isenções ou descontos, em diversas áreas como no desporto, na cultura, no turismo, entre outros. -----

----- Explicitou que o Regulamento nasceu de uma parceria com a MoviJovem, em que os jovens poderiam ter benefícios a nível municipal, nacional, bem como a nível europeu. -----

----- Referiu que o Regulamento abrangia os jovens dos 12 aos 29 anos, podendo ser beneficiários não apenas os jovens do Município, como também os jovens que estudavam no agrupamento de escolas de Oliveira do Bairro, explicitando que também esses jovens passavam muito tempo dentro do Município. -----

----- Relativamente à forma de adquirir o cartão, explicitou que o mesmo era virtual, solicitado a partir do preenchimento de um formulário e da entrega de todos os elementos comprovativos descritos no Regulamento, dando depois origem a um código que deverão introduzir na App MoviJovem. -----

----- Explicitou que os jovens com escalão A ou B, bem como os jovens bombeiros e os jovens inscritos no Banco Local de Voluntariado com um mínimo de 25 horas, não teriam o custo de sete euros do cartão, beneficiando de isenção. Informou, também, que tem sido debatido no Conselho Municipal Jovem a possibilidade de premiar os jovens dirigentes, uma vez que cada vez mais, os órgãos associativos do concelho tinham dificuldade na captação de jovens. -----

----- Esclareceu, ainda, que depois de aprovado o regulamento, se iria convidar o comércio local a aderir também a este documento para que os jovens pudessem ter mais descontos, mas, para além disso, poderão usufruir também de descontos em Pousadas da Juventude e Transportes. -----

----- **RICARDO SAMUEL DE OLIVEIRA REGALADO** – Procedeu à declaração: “*Declaro*



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem". -----

----- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que gostaria de dirigir um cumprimento especial aos membros da Assembleia Carolina Ribeiro e Valdir Coimbra e parabenizar os partidos PS e CDS por terem proposto a presença desses dois jovens na Assembleia Municipal, afirmando que era um símbolo de que as coisas poderiam efetivamente mudar e que era premente trazer os jovens para a política. -----

----- Referiu que já tinha feito propostas ao longo dos quatro anos anteriores e também antes, no Concelho Municipal da Juventude, sobre a urgência de invocar e convocar os jovens para a discussão dos assuntos, não só na discussão da política, mas com aquilo que era feito efetivamente, exemplificando que quando se construíram escolas nunca foi perguntado às crianças ou jovens como queriam que a escola fosse e que quando eram feitas obras na cidade, raramente as pessoas eram consultadas para exprimir o que gostariam de ver nesses lugares, explicitando que era algo que deveria ser mudado. -----

----- Afirmou que a proposta do cartão jovem era uma proposta já existente há muito tempo e que era fruto da proatividade e de funcionamento do Conselho Municipal da Juventude, parabenizando o executivo pelo seguimento dessas propostas, no entanto manifestou ser insuficiente. -----

----- Destacou o facto de o cartão jovem ser uma cooperação com uma entidade externa ao Município e disse que esperava que esse aspeto não se tornasse limitativo, uma vez que gostaria de que ligassem também o cartão ao tecido associativo, estabelecendo uma conexão entre os jovens às associações de modo a que pudessem usufruir de serviços como os seus campos de futebol, atividades culturais, formação, entre outros. -----

----- **VALDIR ANTÓNIO COIMBRA** – Explicitou que a proposta surgia com a necessidade de que se continuasse a implementar medidas de apoio aos jovens do Município através da facilitação do acesso a determinados bens de consumo ou serviços e à participação dinâmica



Oliveira do Bairro assembleia municipal

em projetos e atividades de índole cultural, desportiva ou recreativa. -----

----- Referiu que foi apresentado e tem vindo a ser debatido pelo Conselho Municipal da Juventude desde 2015, contudo, apenas em 2018 se tinha iniciado a operacionalização do mesmo, dando mérito à luta por parte dos jovens e a um projeto que conta com aproximadamente 6.000 vantagens a nível local, nacional e internacional. -----

----- Congratulou a iniciativa, evidenciando principalmente a isenção de pagamento do código de acesso à titularidade do cartão jovem municipal a diversos jovens, reconhecendo as suas necessidades, incentivando a participação social e cultural de toda a comunidade juvenil a aderir, para além dos diversos descontos que o cartão oferece nos mais diversos serviços no Município, incentivando também neste sentido a adesão dos jovens à cultura e à prática desportiva. -----

----- Questionou o executivo se seria possível beneficiar do comércio de outros concelhos que aderissem à causa e, por fim, quando e como iria decorrer o processo de adesão por parte do comércio local. -----

----- Vereadora **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – Explicitou que considerava o primeiro regulamento limitativo uma vez que contemplada apenas benefícios municipais, e que aquando do conhecimento da existência do cartão da MoviJovem se tinha elaborado outro documento, apresentado agora no ponto em questão, uma vez que os jovens mereciam muito mais e ir além do que eram os benefícios municipais, tendo demorado mais tempo a finalizar. ---

----- Afirmou que ainda não existiam casas comerciais aderentes, uma vez o Regulamento ainda não tinha sido aprovado, mas que após a aprovação do mesmo, iria ser publicitado por todo o comércio local para que pudessem aderir através de um formulário próprio de modo a fazerem as suas propostas, dependendo se quererão contribuir com 5%,10% ou 20%. -----

----- Informou, ainda, que os aderentes do cartão poderão beneficiar dentro do concelho e fora dele, no entanto, os jovens de fora do concelho não conseguiriam beneficiar dos descontos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

municipais em Oliveira do Bairro, assim como os jovens do concelho não poderiam beneficiar de descontos municipais em outros concelhos. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.10 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 205 – Mandato 2017/2021 – Apresentada pelo Presidente da Câmara – Projeto de Regulamento Municipal do Cartão Jovem de Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Explicitou que, segundo o Regimento, as sessões da Assembleia municipal terminam às vinte e quatro horas e a duração máxima não podia exceder as cinco horas consecutivas e tratando-se de uma sessão extraordinária não poderia exceder um dia, salvo se a Assembleia municipal deliberar o seu prolongamento por mais um dia. -----

----- Assim, a Mesa da Assembleia Municipal propôs, em concordância com a Comissão Permanente, o prolongamento da sessão da Assembleia por mais uma reunião, a realizar-se na quinta-feira seguinte, no mesmo local, pelas 19h00, de modo a concluir a ordem do dia. -----

----- Questionou se algum membro da Assembleia queria usar da palavra, sendo dado o uso da palavra ao membro da Assembleia Álvaro Ferreira. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Referiu que ia ao encontro daquilo que foi a proposta lançada pela mesa e tendo em conta que alguns assuntos podiam ter sido tratados no mandato anterior, afirmou que iriam ser solidários, que todos os intervenientes tentaram pugnar pela síntese nas suas intervenções e pela objetividade para ajudar a agilizar a Assembleia e também para que o Executivo Municipal, agilizasse de forma premente os assuntos necessários ao Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Verificando que ninguém se opôs ao prolongamento da sessão da Assembleia municipal, nos termos propostos, questionou ainda se alguém se opunha a que os assuntos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

deliberados fossem aprovados em minuta de forma a dar seguimento aos assuntos, proposta à qual nenhum membro se opôs. -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal: 4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º24 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021; 4.2 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º25 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Proposta para Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) – Contratação do Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade – AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro; 4.3 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º16 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto; 4.4 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º21 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social]; 4.5 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º22 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Dirigente Intermédio – Designação do Júri; 4.6 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas; 4.7 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º9 | GAP – Prestada



Oliveira do Bairro assembleia municipal

pelo Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta 325|GAP – Apoio Financeiro para a Comparticipação para Aquisição de Terrenos – Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça; 4.8 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da Mesa da Assembleia Municipal - Plano de Atividades da Assembleia Municipal para o ano de 2022; 4.9 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 - Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade (ROEPP); 4.10 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º205 – Mandato 2017/2021 - Apresentada pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal do Cartão Jovem de Oliveira do Bairro; -----

----- Deu por interrompida a sessão, nos termos do Regimento. -----

----- Ao dia dezoito de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, convocada para o dia 15 de novembro do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -----

----- Os trabalhos foram presididos por **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** e secretariados por **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** e **ELISABETE RESTE REI**. -----

----- Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo.

----- Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, informou que iria dar início aos Trabalhos da segunda reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.

----- De seguida, deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, André de Campos Silvestre Feveireiro Chambel, a fim de se verificar as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se a ausência do Membro Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, que será substituído pelo Membro Acácio Almeida Oliveira, a ausência do Membro Ricardo Samuel de Oliveira Regalado, que será substituído pelo Membro Jéssica Catarina Dias Gaudêncio e a ausência do Membro Annelise de Jesus Guimarães, que será substituída pelo Membro Marco Daniel da Silva Martins. -----

----- Deu nota que chegaria mais tarde aos trabalhos da presente reunião o Membro da Assembleia Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata e António Pedro Mendes da Silva Campos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** - retomou o quarto e último período da Ordem de Trabalhos: **4 – ORDEM DO DIA.**

----- Deu-se início ao ponto **4.11 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 204 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Transporte Escolar do Município de Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a apresentação do mesmo; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Informou que este Ponto seria apresentado pela Vereadora Susana Maria da Silva Martins, Vereadora com o Pelouro. -----

----- **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os



Oliveira do Bairro assembleia municipal

presentes. -----

----- Referiu que se tratava de um Regulamento para atribuição de transporte escolar aos alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e que beneficiava os alunos do Concelho. -----

----- Informou que foi adquirida uma plataforma há dois anos, que permitiu a transição do que era antigamente feito em papel para uma plataforma online, onde era submetida a candidatura, analisada pelos serviços e depois definida a atribuição do transporte. -----

----- Referiu que iria ser definida uma data para a candidatura, para que a mesma fosse analisada pelos serviços e entregue à empresa de transportes. -----

----- Disse que, posteriormente, seriam todos os alunos informados, se tinham ou não direito ao apoio por parte da Câmara Municipal. -----

----- Esclareceu que no regulamento estavam bem espelhados os critérios e explicitada toda a informação, no entanto que se encontrava disponível para qualquer questão. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – agradeceu a intervenção da Vereadora Susana Maria da Silva Martins. -----

----- Deu nota da chegada do Membro da Assembleia Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata e do Membro António Pedro Mendes da Silva Campos. -----

----- Solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos para que se inscrevessem, havendo apenas uma inscrição. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra ao Membro da Assembleia Luís Sérgio da Silva Pelicano; -----

----- **LUÍS SÉRGIO DA SILVA PELICANO** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que é de salutar que, ao fim de muitos anos, o Município tenha atendido às



pretensões de pais, Agrupamento de Escolas, Órgãos Consultivos, como foi o caso do Conselho Municipal de Juventude, que em muito contribuíram e reivindicaram para que este documento visse a luz do dia e fosse uma realidade.-----

----- Congratulou sobre este assunto, pois é o espelho da vitória sobre uma injustiça que estava há longos anos a ser cometida, junta da comunidade escolar, da não gratuitidade do transporte para os alunos do Ensino Secundário, era algo que ninguém do ponto de vista moral entendia, porque é que, sendo o ensino obrigatório até ao 12º ano, os alunos do secundário não usufruíam desse direito, era um problema e uma dificuldade identificada por todos, e que até hoje, não tinha solução. -----

----- Referiu que alguns Municípios vizinhos e não só, desenvolveram, fruto da sua forte rede de transportes, processos e modelos para ultrapassar esta dificuldade. No entanto, manteve-se o problema e a dificuldade até ao último ano letivo, podíamos ter avançado mais cedo. -----

----- Deu os parabéns por se ter ultrapassado este constrangimento, mas referiu que esse passo poderia ter sido há muito mais tempo. Disse que poderá eventualmente mostrar ao executivo eventuais falhas e necessidades de correção, fruto da própria aplicação. -----

----- Afirmou ainda, que a bancada do Partido Social Democrata não via qualquer inconveniente para que este ponto seja aprovado, votando assim favoravelmente.-----

----- Concluída a intervenção, foi dado o uso da palavra à Vereadora Susana Martins;-----

----- **SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS** – agradeceu a intervenção do Membro da Assembleia Luís Pelicano. -----

----- Afirmou que o regulamento surgiu de uma necessidade de trabalho de campo e agradeceu ao Técnico João Pinto, dando nota que quem recebia e analisava as candidaturas nesta área, anteriormente, era o Agrupamento de Escolas, sendo agora efetuado esse trabalho pela Câmara Municipal. -----

----- Referiu a importância de terem apurado as necessidades existentes, explicitando que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

inclusive, houveram intervenções de alguns professores sensibilizados a solicitar apoio para alunos que tinham muitas dificuldades. -----

----- Afirmou que o executivo não poderia ter tomado uma decisão contrária à gratuitidade dos transportes para esses alunos, devido à injustiça que se estava a criar. Referiu, no entanto, que com a evolução dos tempos e das plataformas, poderia ser necessário efetuar alterações ao regulamento, para as quais o executivo estaria atento e disponível. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.11 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 204 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Transporte Escolar do Município de Oliveira do Bairro**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor**. -----

----- De seguida, deu-se início ao ponto **4.12 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 203 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a apresentação do mesmo; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Afirmou que era amplamente conhecida a forma como a Câmara Municipal tem trabalhado com os Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, em particular também com a associação humanitária e a sua direção, através do protocolo de financiamento que oferecia melhores condições aos bombeiros. -----

----- Referiu, também, que foram celebrados vários acordos financeiros, que se mantêm ano após ano, para a aquisição de equipamentos, nomeadamente de fardamento e equipamentos móveis, dando nota que o Município tinha financiado um carro de combate, bem como tinham dotado um valor substancial para que a direção pudesse, junto dos bombeiros, dar mais benefícios para a luta dos próprios bombeiros da corporação. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que todos aqueles benefícios que estavam plasmados no regulamento e que eram por direito pelas diversas circunstâncias, dos bombeiros, por serem habitantes de Oliveira do Bairro ou porque os filhos frequentavam as escolas do concelho, havia um verdadeiro acréscimo para ser deliberado. -----

----- Esclareceu que foi um trabalho intenso, numa primeira abordagem com a direção e que numa segunda abordagem se tinha discutido a razão pela qual se poderiam colocar ou não determinados benefícios, uma vez que alguns dos mesmos não eram enquadráveis e explicitou que foi dos regulamentos mais discutido de sempre, porque só assim se poderia engrandecer o próprio regulamento. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Informou os presentes de que o Membro da Assembleia Marcos Daniel da Silva Martins se iria ausentar da sala, por se manifestar impedido de participar na discussão e votação do ponto. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu nota da efetiva valorização do documento que foi trabalhado em cooperação com os bombeiros, transmitindo uma grande plenitude de trabalho em que os interessados, ao longo de todo o processo, foram contribuindo para construção e para a riqueza do documento. -----

----- Congratulou o executivo municipal, por ter pensado em ir mais além, para outro tipo de associações que não tinham trabalho tão específico como os bombeiros, nem a abrangência que os bombeiros acabavam por ter, mas que tinham trabalho na área humana, na área social e combate ao isolamento social das populações, de forma a criar incentivos para que as pessoas se envolvessem nesse tipo de associações, e que fizessem parte dos seus órgãos sociais ou se tornassem sócios das mesmas. -----

----- Referiu que deveria existir divulgação do conjunto de benefícios e de apoios que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

constam do regulamento, junto da população, para que mais voluntários pudessem também ajudar e entrar na corporação dos bombeiros, de modo a fortalecer o excelente trabalho que tem vindo a ser feito pela corporação e pela articulação entre a Câmara Municipal e os Bombeiros de Oliveira do Bairro. -----

----- **FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu nota do empenho e do compromisso do executivo municipal na nobre causa dos bombeiros voluntários, na atribuição de apoios e benefícios, e no reconhecimento do seu serviço prestada às populações concelho, bem como no trabalho meritório de socorro destas e proteção do seu património. -----

----- Explicitou a importância do regulamento em estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Oliveira do Bairro à associação humanitária com o objetivo de contribuir para a missão e promoção dos seus elementos e para a constituição de um corpo uno de bombeiros motivados e valorizados enquanto cidadãos voluntários no serviço à comunidade. Afirmou que tinha a perceção de que nunca como agora, tinha existido sensibilidade, envolvimento programado, dialogal e compromisso efetivo do executivo municipal com os Bombeiros Voluntários do concelho. -----

----- Questionou o executivo se poderia quantificar e informar os membros da Assembleia e todos os munícipes de quão real era o apoio financeiro, tendo em atenção o valor per capita dos habitantes do concelho de Oliveira do Bairro, ou se seria simplesmente mais um exemplo publicitário do excelente serviço da comunicação do concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que a Câmara Municipal tinha vários acordos com os bombeiros, que eram aprovados de ano a ano, pontualmente ou à medida do que fosse necessário, existindo verbas específicas para a Proteção Civil, mas também para a associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Bairro, numa linha mais especifica. -----

----- Informou que estava previsto no Plano de Atividades a atribuição do apoio anual com cerca de sessenta e cinco mil euros, coordenado também pela Coordenadora da Proteção Civil do Município, que possuía assento nas instalações da corporação, para além da existência de uma verba alocada de sessenta mil euros para investimentos a realizar com a corporação. ----

----- Referiu que no presente ano ainda estava a ser estudado, mas que no ano anterior, no âmbito do COVID, não se permitiu que a associação sofresse financeiramente por esse facto, tendo sido atribuído um valor extraordinário de equilíbrio financeiro, derivado de a mesma ter deixado de aferir alguns rendimentos que tinha antes do COVID. -----

----- Explicitou que o valor per capita refletido no apoio aos bombeiros era dos mais elevados da região, no entanto era difícil realizar comparações com outros Municípios, que tinham uma realidade diferente, como Águeda ou Anadia, com zonas mais serranas e densas que necessitavam de outro tipo de investimento. -----

----- Afirmou que o Município realizava um investimento que tinha um impacto grande, focado na formação do futuro. Referiu que, felizmente, no último ano houve um acréscimo muito grande de voluntários, mas também um acréscimo de saídas substancial, e que o regulamento foi uma forma de motivar para que as suas famílias também tivessem algum benefício por verem os seus familiares no voluntariado e para que os próprios voluntários não abandonassem um bem essencial para todos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Questionou os membros para uma segunda ronda de intervenções do ponto, tendo havido duas inscrições para o efeito. -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à durabilidade do apoio que era anual e renovável por sucessivos anos,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

disse não ter perceção do termo, se era permanentemente renovável ou não. -----

----- No que concerne às denúncias, no sentido de não cumprir os requisitos, questionou quem teria essa responsabilidade de verificar, se seria a própria direção dos bombeiros, ou se câmara iria, de uma forma ou de outra, buscar essas informações. -----

----- Questionou, ainda, se os membros da direção, uma vez que não são voluntários, seriam também beneficiários do regulamento. -----

----- Parabenizou a iniciativa, dizendo que pecava apenas por ser tardia, tratando-se de um incentivo ao voluntariado e um reconhecimento ao serviço que prestam os soldados da paz do concelho. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota que o mundo está sempre em constante mutação e a legislação cada vez mais apertada onde os riscos são cada vez maiores e que havia a necessidade de aperfeiçoamento perante todas as entidades envolvidas. -----

----- Referiu que a Assembleia era o espaço de fazer política e de os membros discutirem as ideias, não sendo meramente máquinas de comunicação para engrandecer o trabalho que é feito e que não se podia confundir aquilo que é o raio de ação dos departamentos com aquilo que é a função política no exercício dos cargos públicos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Explicitou que os artigos 9.º e 13.º do Regulamento definiam quem comunica e analisa o cumprimento dos requisitos e que o artigo 4.º identifica, claramente, quem são os beneficiários. -----

----- Relativamente à questão de ser tardio, afirmou acreditar que sim, mas que se tratava de um processo demorado e que o importante era estar pronto para ser colocado ao serviço de todos, sem publicidade porque se tratava de uma realidade bem visível. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.12 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 203 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade, com 24 Votos a Favor. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Antes de iniciar os pontos seguintes, informou que, por entendimento da Mesa e da Comissão Permanente e de forma a agilizar os próximos sete pontos, os mesmos iriam ser apresentados individualmente e votados em simultâneo. -----

----- Explicitou que para cada eleição, existia uma urna de voto e um boletim de voto bem identificado. -----

----- Assim, referiu que iram proceder ao período de apresentação das listas ou candidatos, começando pelo ponto **4.13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto também Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia, para efeitos de inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P.**, tendo havido uma inscrição para o efeito. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que as bancadas representadas em Assembleia, através entendimento no âmbito da Comissão Permanente, apresentam como candidatos a representantes das Juntas de Freguesia do Concelho de Oliveira do Bairro para efeitos de inscrição como delegado efetivo e suplente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses a decorrer no dia 11 e 12 de dezembro em Aveiro, os seguintes Presidentes de Junta: -----

----- Como efetivo: Acílio dos Santos Ferreira, Presidente da União das Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa. -----

----- Como suplente: Bruno Filipe Teixeira Seabra, Presidente da Junta de Freguesia de Oiã.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Explicitou que a proposta foi assinada pelos 4 líderes de bancada: PSD, PS, CDS e CHEGA. -----

----- De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.14 – Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, nos termos do artº 31º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro**, tendo havido duas inscrições para o efeito. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Afirmou que a Bancada do PSD tinha na sua mente um perfil bem traçado de quem deveria integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga: o Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, Simão Vela. -----

----- Explicitou que o perfil do Presidente de Junta Simão Vela se encaixava completamente no que era pretendido, porque embora não fosse técnico da área da saúde, é alguém que conhece diretamente todo esse setor e que nos últimos quatro anos, atuou por várias vezes dentro da área da saúde e da área da ação social, sendo que a própria população da freguesia de Oliveira bairro o reconheceu como alguém que na época de Covid-19, lançou um conjunto de iniciativas, estando a frente do próprio Município. -----

----- Fruto da descentralização e da transferências de competências na área da saúde, das novas unidades de saúde familiares que se encontravam a ser construídas, afirmou ser algo vital para o Partido Social Democrata existir alguém ligado às juntas de freguesias em todo o processo, zelando por uma maior interligação entre as instituições do concelho e, por isso, enquanto líder da bancada do PSD e enquanto membro da Assembleia, manifestou ser um orgulho poder apresentar o Simão Vela para a nomeação referente ao ponto em questão. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Afirmou que a bancada do CDS - Partido Popular na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, apresentou como representante para integrar o Conselho da Comunidade a ser Baixo Vouga: Miriam Zulay Pereira Ferreira, enfermeira. -----

----- Apresentou a candidata Miriam Zulay Pereira Ferreira, dizendo que era licenciada em Enfermagem desde julho de 2000 pela Escola Superior de Enfermagem Doutor Ângelo da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Fonseca, fez especialidade em Enfermagem de Reabilitação em 2012 na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha e concluiu a mesma escola, em 2013, uma Pós-graduação em Administração e Gestão de Serviços de Saúde. Referiu, que atualmente frequenta o Mestrado de Direção e Chefia de Serviços de Enfermagem na Escola Superior de Enfermagem do Porto, sendo que toda a sua experiência profissional decorreu em contexto de comunidade em cuidados de saúde primários: em agosto de 2011, iniciou a sua atividade no Centro de Saúde de Águeda como enfermeira de família, em 2012 pediu mobilidade para o Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, dando continuidade ao seu trabalho como enfermeira de família, em 2013 foi para a Unidade de Continuados da Comunidade Cubo Mágico da Saúde como especialista de reabilitação e em janeiro de 2016, assumindo a sua coordenação, sendo que, desde julho de 2021 e após a reforma da enfermeira chefe, é ela própria o elo de ligação de enfermagem de todo o centro de Saúde de Oliveira do Bairro, assumindo desta forma, a gestão das assistentes operacionais, da frota automóvel, da higienização e tratamento de dispositivos médicos e de roupa. -----

----- Explicitou que tendo um envolvimento pessoal ativo com uma presença no sistema de saúde muito dinâmico e multidisciplinar e com conhecimento profundo do sistema de saúde no geral e muito em particular em Oliveira do Bairro, a enfermeira Miriam Zulay seria uma mais valia como representante do Município no Conselho do ACeS Baixo Vouga. -----

----- Seguidamente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, tendo havido duas inscrições para o efeito. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – afirmou que bancada do CDS - Partido Popular na Assembleia Municipal de Oliveira, apresenta a seguinte lista de candidatura à Assembleia Intermunicipal da Comunidade: -----

----- Como membros efetivos: André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, Francisco de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Oliveira Martins, Ana Rita Ferreira de Jesus e Carolina Martins Ribeiro. -----

----- Como membros suplentes: José Henrique Cotrim Laranjeira e António Pedro Mendes da Silva Campos. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Relativamente à lista para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, afirmou que o PSD apresentava a seguinte lista: -----

----- Como membros efetivos: Carlos Manuel Ferreira Ferreira, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, Luís Sérgio da Silva Pelicano e Almerinda Ferreira Belchior. -----

----- Como membro suplente: Joana Miranda Mota. -----

----- Conforme decorreu da apresentação anterior, referiu que o Partido Social Democrata entendeu apresentar a lista em questão devido ao seu perfil, pela autonomia que todos os seus membros acabam por ter nos diversos setores, pelo órgão de que se trata e pela sua importância.

----- Seguidamente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.16 – Eleição de representante(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão Municipal de Defesa da Floresta**, tendo havido uma inscrição para o efeito. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Disse que as bancadas representadas em Assembleia, através do entendimento no âmbito da Comissão Permanente, decidiram apresentar como representantes das Juntas de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, os seguintes membros: Acílio dos Santos Ferreira, Bruno Filipe Teixeira Seabra, Luís Miguel Barros Ruivo e Simão Moreira vela. -----

----- Posteriormente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação**, tendo havido uma inscrição para o efeito. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Para a eleição do autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal, subscrito pelos líderes de bancada com assento na



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Assembleia e no entendimento do âmbito da Comissão Permanente, apresentou como candidato:
Luís Miguel Barros Ruivo. -----

----- De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto**, tendo havido duas inscrições para o efeito. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Afirmou que foi decidido por entendimento da Comissão Permanente e proposta subscrita pelos líderes de bancada com assento na Assembleia, apresentar Simão Moreira Vela para integrar o Conselho Municipal de Educação. -

----- De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto **4.19 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho**, tendo havido uma inscrição para o efeito. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Disse que, da mesma forma das apresentações anteriores, esta proposta foi subscrita por todos os líderes de bancada com assento na Assembleia e no âmbito da Comissão Permanente, tendo sido decidido apresentar Bruno Filipe Teixeira Seabra para integrar a Assembleia Distrital. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Fez um resumo de todas as listas ou candidatos apresentados para cada ponto e informou que na eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, os Presidentes de Junta não poderiam votar. -----

----- Permitiu que os trabalhos fossem interrompidos por cinco minutos para que os partidos pudessem conferenciar sobre as propostas apresentadas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Solicitou aos Membros quer da Câmara, quer da Assembleia, que ocupassem os seus lugares para serem retomados os trabalhos. -----

----- Reforçou que para cada um dos pontos existia uma urna de voto devidamente identificada, bem como boletins de voto diferenciados por cor, no entanto deu nota que alguns membros da Mesa iriam estar a acompanhar a colocação do voto para que não houvesse enganar. -----

----- Solicitou, ainda, ao primeiro secretário para proceder à chamada dos senhores membros da Assembleia, para iniciar a votação. -----

----- Concluído o período de votação e depois de apurados os resultados, foi deliberado: ---

----- No Ponto **4.13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto também Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia, para efeitos de inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P.**, aprovar a Lista A, com 24 Votos a Favor e 1 Abstenção, ficando designado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, Acílio dos Santos Ferreira como representante das Juntas de Freguesia nos Congressos da A.N.M.P. e como substituto daquele, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Bruno Filipe Teixeira Seabra. -----

----- No Ponto **4.14 – Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, nos termos do artº 31º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro**, aprovar a Lista B, com 13 Votos a Favor, em detrimento da Lista A com 12 Votos a Favor, ficando designada Miriam Zulay Pereira Ferreira, como representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga. -----

----- No Ponto **4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, foram Apurados 9 Votos na Lista A e 12 Votos na Lista B. Pela aplicação do método de Hondt, foram eleitos representantes na Assembleia Intermunicipal da CIRA, André de Campos Silvestre



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Fevereiro Chambel, Carlos Manuel Ferreira Ferreira, Francisco José de Oliveira Martins e Álvaro Miguel Ferreira Ferreira. -----

----- No Ponto **4.16 – Eleição de representante(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão Municipal de Defesa da Floresta**, aprovar a Lista A, com 23 Votos a Favor e 2 Abstenções, ficando designados os quatro representantes das freguesias do concelho, Acílio dos Santos Ferreira, Bruno Filipe Teixeira Seabra, Luís Miguel Barros Ruivo e Simão Moreira Vela, para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

----- No Ponto **4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação**, aprovar a Lista A, com 24 Votos a Favor e 1 Abstenção, ficando designado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, Luís Miguel Barros Ruivo, como autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal. -----

----- No Ponto **4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto**, aprovar a Lista A, com 23 Votos a Favor e 2 Abstenções, ficando designado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, Simão Moreira Vela, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das freguesias do concelho. -----

----- No Ponto **4.19 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho**, aprovar a Lista A, com 23 Votos a Favor e 2 Abstenções, ficando designado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Bruno Filipe Teixeira Seabra, como autarca de freguesia para integrar a Assembleia Municipal Distrital. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto **4.20 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 17 – Mandato 2021/2025 – Lançamento de Derrama**, sendo dado o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto;---

-----Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Afirmou que todos conheciam a situação do tecido empresarial, bem como o próprio Município, sendo transversal no que toca às situações financeiras e a um conjunto crescente de aumento de custos. -----

----- Esclareceu, que o Município decidiu fazer um apoio ao pequeno comércio através da disponibilização de uma verba, gasta na sua totalidade ou quase totalidade de cento e cinquenta mil euros, no entanto houve uma franja de empresários que não foram abrangidos por este benefício, porque a taxa era reduzida e muito simbólica, motivo pelo qual se entendeu propor ao órgão da Assembleia Municipal, uma redução bastante ponderada e concreta no que toca a efeitos financeiros nas contas do Município. -----

----- Esclareceu, que devido ao aumento dos custos de energia, bem como do aumento das tarifas de recolha de resíduos, que terão um acréscimo de 50% já aprovado pelo ERSAR, representando mais um custo acrescido para todos e em particular para o Município e não obstante outro tipo de benefícios que possam vir a ser dados com aprovação específica para a ampliação das zonas industriais que se encontrava em marcha, afirmou que propunham uma redução de 0,2 na derrama, de forma a que também as empresas de pequena, média e grande dimensão tivessem um apoio do Município de outra forma. -----

----- **JOÃO DIOGO VITÓRIA** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que se tratava de um assunto com alguma sensibilidade e que, não pondo em causa o estudo sobre o impacto orçamental que esta alteração possa ter e repercussões nas receitas municipais, sugeriu a criação de um grupo de trabalho, pois apesar de alguns posicionamentos diferenciados, disse que era necessário olhar com algum rigor e visão para estas medidas. -----

----- Explicitou que o investidor e o empregador devem ter um papel preponderante no horizonte legislativo, uma vez que são os próprios que empregam, investem, que remuneram e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

criam liquidez para que haja uma circulação na economia local. Afirmou que esse era motivo pelo qual essas figuras deviam ser analisadas individualmente, quer seja pelo impacto que a pandemia teve na sua atividade, quer seja pelo seu CAE, pelo número de postos criados de trabalho com especial enfoque para os assalariados e prestadores de serviços do Município, quer seja pela riqueza gerada para o Município. -----

----- Disse que as percentagens de aplicação propostas não deviam ter um caráter tão abrangente e indiscriminado, devendo ser feito um estudo pormenorizado, detalhado e aproximado das realidades latentes, bem como do impacto que a sua fixação no Município iria gerar para a economia local. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Esclareceu que a proposta do executivo era aplicar um decréscimo na derrama de 1% para 0,8%, sendo o limite máximo de 1,5%. -----

----- Explicitou que Oliveira do Bairro se iria posicionar numa linha muito abaixo do que se encontrava a ser cobrado nos Municípios limítrofes, para além de ser também proposta a manutenção da taxa reduzida de 0,1% para as empresas com um volume de negócios que não tenha ultrapassado os cento e cinquenta mil euros no ano anterior, diferenciando o Município pela positiva no que diz respeito ao alívio fiscal. -----

----- Referiu que as empresas de menor dimensão e as que se encontravam ainda numa fase inicial e de arranque de atividade necessitavam desse pequeno empurrão, muito significativo na sua área de atividade. Afirmou que a diminuição gradual que se tem assistido nos últimos anos da gestão do CDS, optando pela diminuição das taxas e mesmo fora da época eleitoralista, demarca a estratégia de estar ao lado das empresas e do tecido empresarial de Oliveira do Bairro. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Explicitou que existiam um conjunto de vulnerabilidade que não estavam a ser acauteladas pelo executivo municipal e que dessas vulnerabilidades podiam ser perspetivadas essencialmente potencialidades. No que o lançamento da derrama diz respeito, disse que subscreviam na íntegra a posição detida pelos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

vereadores em sede de reunião de câmara, no entanto, não deixavam de registar a descida apresentada pelo Executivo municipal nesta matéria. -----

----- Afirmou que a Assembleia Municipal poderia ter um contributo mais rico nos diversos setores e que poderia fomentar-se esse grupo de trabalho específico para que houvesse uma análise da derrama, mas também das restantes taxas que irão ser abordadas em Assembleia, de modo a que existisse a preparação de uma proposta de recomendação à Câmara Municipal e que se pudesse escrutinar melhor aquilo que é a realidade do concelho, ir ao encontro daquilo que são as expectativas de quem trabalha, de quem investe e de abrir horizontes também do próprio concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse que o PSD iria votar favoravelmente a taxa da derrama, mas disse também que os regulamentos não podiam ser meramente uma compilação das taxas existentes espelhadas, que se deveria ir mais longe na defesa dos empresários, dos investidores e, por conseguinte, das famílias e dos habitantes do concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Explicitou que era necessário que existisse lucro e que não existissem prejuízos acumulados, sendo que a redução da taxa de derrama significava para os empresários, que faturassem mais de cento e cinquenta mil euros ou que tivessem força de trabalho no Município, uma aplicação da taxa de derrama de 0,8% no próximo ano, caso não tivessem lucros fiscais não seria aplicada a taxa.-----

----- Afirmou que as vulnerabilidades e dificuldades eram muito mais visíveis noutras circunstâncias e que teria muito gosto em discutir, debater e dissecar estas matérias, alertando que o Município não tinha acesso ao resultado das empresas e que era muito importante ter consciência disso quando se pretendia fazer um estudo aprofundado, sem bases para o fazer. –

----- Não havendo inscrições para uma segunda ronda de intervenções, efetuou-se a Votação, verificando-se que o ponto **4.20 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 17 – Mandato 2021/2025 – Lançamento de Derrama**, foi **Aprovado por Unanimidade**, com **25**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Votos a Favor. -----

----- Seguidamente, deu-se início ao ponto **4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI**, sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Esclareceu que o Município tinha a sua taxa de IMI no mínimo, com os benefícios máximos no que toca à matéria de agregado familiar e que tem desenvolvido um trabalho muito objetivo no que toca a imóveis devolutos, estando empenhado, juntamente com os proprietários, em dar um destino a esses imóveis. -----

----- Afirmou que era do conhecimento público, que o Município se encontrava a preparar para realizar investimento na área da habitação e desafiar os proprietários a dar utilidade aos imóveis de segunda ou terceira habitação, passando a ficar ocupados através de fundos devidamente anunciados e promovidos pelo Ministro das Infraestruturas, no âmbito do PRR. ----

----- Referiu que o Município em diversas circunstâncias, tem tido um papel bastante ativo no apoio, não só às empresas, mas também às suas famílias. -----

----- Deu uma última nota relativamente às ampliações das zonas industriais, dizendo que o executivo estaria preparado, para nesse e noutros casos, ter um papel bastante ativo no que toca às empresas, na sua expansão e instalação. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Questionou os membros sobre quem estaria interessado em participar na discussão do assunto, tendo havido uma inscrição. -----

----- **JOÃO DIOGO VITÓRIA** – Reportando-se à matéria de IMI, nomeadamente à majoração dos prédios devolutos, referiu que não houve o impacto expectável aquando da aplicação da lei, pelo facto de os critérios legalmente estabelecidos para a sua determinação e aplicação configurarem uma falta de visão e análise de terreno, exemplificando que o Município



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não deveria penalizar o titular de um imóvel que serve de base de apoio a propriedade agrícola, somente porque não tinha contrato de fornecimento de água e luz, tendo assim o seu IMI majorado. -----

----- Disse que o objetivo de incentivar os proprietários dos prédios devolutos a reabilitar e a investir, não deveria ser realizado através da sanção tributária, sendo mais proveitoso a criação e a compilação de benefícios fiscais impactantes e motivadores, quer seja em sede de isenção de taxas, de simplificação de processos de licenciamentos ou através da atribuição de isenção de IMI. -----

----- Referiu que os elevados preços cobrados, o elevado custo e escassez de materiais, a taxa de 28% de IRS, bem como o custo e a morosidade, associados a um processo de despejo com elevados prejuízos para o próprio senhorio, demovia qualquer pessoa de proceder à reabilitação para oferecer habitações ao mercado de arrendamento. -----

----- Afirmou que o incentivo ao investimento, a criação de isenções e benefícios poderia gerar menos receita no presente, contudo que se deveria apostar em criação de medidas a longo prazo, medidas incentivadoras e atrativas ao investimento e à reabilitação urbana que pressupunham uma reavaliação do seu VPT após a sua conclusão, sendo este fixado em valores manifestamente superiores, o que teria um impacto para as receitas muito superior a longo prazo, permitindo uma oferta de habitação digna e aliciante para os munícipes. -----

----- Explicitou que, em contrapartidas das benesses, o investidor deveria, caso não o fizesse pela sua própria mão, adjudicar às empresas e prestadores de serviços locais, deveria comprar matérias e materiais aos comerciantes locais e deveria recorrer a todas as prestações de serviços e profissionais do Município, fazendo assim aumentar o fluxo de economia circular e a criação de riqueza local. -----

----- Disse que era necessário mudar, em conjunto, a perspetiva de encaixe de receitas a curto prazo pelo Governo, rogando para que as medidas pudessem ser tomadas brevemente e



Oliveira do Bairro assembleia municipal

que se pudessem colher os frutos, futuramente, de uma forma diferenciadora e manifestamente benéfica para os munícipes e para o concelho. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Terminado o primeiro período de intervenções, deu o uso da palavra ao Vice-Presidente e ao Presidente da Câmara, para a prestação de esclarecimentos. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Relativamente aos prédios devolutos, informou que os critérios decorriam da lei e quer se concordasse ou não com a lei, o executivo fazia questão de a cumprir. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Referiu que, decorrente da preocupação que existia essencialmente na recuperação dos centros urbanos, a tutela tinha criado um conjunto de benefícios transversais a todos os Municípios, para que existisse a possibilidade de as habitações serem recuperadas e beneficiarem de um conjunto de incentivos, pelo motivo de existirem Municípios que não podiam ainda conceder benefícios, por razões óbvias de estarem em planos de recuperação. -----

----- Esclareceu que os centros urbanos tinham um conjunto benefícios que o Município não conseguia, de forma alguma ultrapassar, bem como um conjunto de benefícios atribuíveis de acordo com determinadas características dos próprios edifício. -----

----- Explicitou que o concelho tinha muitos imóveis devolutos em péssimas condições e que, recentemente, com um pequeno vendaval numa das vilas do Município, foi necessário colocar uma parede abaixo e fazer pressão para que fosse tudo completamente retirado. Deu nota que nem todos os devolutos se encontravam nesse estado, contudo havia um papel extremamente ativo que tinha de ser feito na estratégia de habitação local que pressupunha a aquisição de prédios devolutos, de modo a aproveitar o investimento não só para arrendamento, mas também para habitação própria permanente. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – afirmou que, logicamente, todos sabiam



Oliveira do Bairro assembleia municipal

e estavam enquadrados com aquilo que eram as normativas legais bem como conheciam o território do Município para a sua valorização e o seu enquadramento. -----

----- Disse que a questão da comunicação era extremamente importante nesta matéria de valorização dos proprietários do concelho, para os próprios serem acompanhados e perceberem a forma como a Câmara ou outros benefícios que existiam fora da Câmara Municipal os podiam ajudar. -----

----- Explicitou que a informação não era feita chegar aos proprietários e muitas das famílias acabavam por não ter posses para conseguir dar a volta às situações. Disse que seria importante estudar, de futuro, quantos projetos reabilitação entrariam em sede de Câmara municipal, para perceber se muitos investidores e proprietários fizeram projetos de reabilitação e se aquando da entrada de projetos de reabilitação dentro das zonas de reabilitação urbana, foi difícil para eles, burocraticamente, ter acesso a esses benefícios. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – Esclareceu que os critérios eram objetivos e que era mais agradável se não houvesse necessidade de agravar as taxas e se não houvessem prédios devolutos, mas efetivamente existiam muitos. -----

----- Relativamente à questão dos benefícios e das áreas de reabilitação, disse que ao longo do mandato anterior tinha passado muitas declarações para imóveis, sítios em áreas de reabilitação que tinham benefícios, sendo um pedido extremamente simples de ser feito, porque é meramente um pedido de localização em que os serviços informam se situa ou não dentro da área ARU. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Reforçou que os benefícios não eram apenas atribuídos em áreas de reabilitação urbana, bastando que os prédios tenham uma determinada idade para terem, também, benefícios associados. -----

----- No que toca às questões da comunicação referiu que, desde o início do mandato anterior, se tinha feito divulgação não só pelos nossos munícipes, mas em particular pelos seus



empresários que trabalhavam na área de construção, de forma a que pudessem fazer chegar isso aos seus clientes, uma vez que uma taxa de IVA reduzido em detrimento uma taxa de 23% tem muito significado quando se fatura, bem como reduções de IMI e transações de IMT, além de várias diligências de esclarecimento que têm sido prestadas quando as pessoas contactam o Município. -----

----- Afirmou que era dado a conhecer aos proprietários a estratégia de aquisição de imóveis, nomeadamente para convertê-los e requalificá-los, destinado também às pessoas que tenham mais dificuldades em fazer essa recuperação e até de acordo com uma estratégia amplamente distribuída por todo o concelho de reequilíbrio, no que toca ao crescimento populacional de todo o Município. -----

----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto **4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI**, foi **Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor.** -----

----- De seguida, deu-se início ao ponto **4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S.**, sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Referiu que esta proposta deriva de uma estratégia definida de uma descida gradual da taxa, uma estratégia do executivo que foi corroborada entre o CDS e o PSD, apostando num equilíbrio financeiro do Município e mantendo exatamente o mesmo critério de uma redução de 0,25 todos os anos. -----

----- Esclareceu que os agregados com menor rendimento não tinham qualquer benefício e quem tinha mais rendimentos, tinha efetivamente o benefício associado da redução. -----

----- Disse que iria existir um acréscimo que o Município iria ter que suportar no próximo ano



Oliveira do Bairro assembleia municipal

devido a medidas como esta, bem como a redução da taxa da derrama, que teriam impacto nos cofres municipais, mas que derivavam de uma estratégia de compromisso assumido há quatro anos atrás. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Procedeu à abertura do período de debate do ponto, tendo havido quatro inscrições para intervir. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Referiu que o Município de Oliveira do Bairro manteve durante muitos anos a taxa de participação do IRS no seu valor máximo de 5%, contudo, fruto de uma atitude corajosa do PSD em 2016 de ter trazido uma proposta, tinha havido uma redução para 4,75%, proposta subscrita e aprovada, na altura por 7 deputados da bancada do PSD, por 9 deputados da bancada do CDS e por 2 deputados da bancada do PS. -----

----- Afirmou ter sido dito nessa altura pelo líder de bancada do CDS, que uma descida de 0,25 não era nada, mas seria um sinal. Referiu que, desde dessa data, os executivos tinham percebido que uma descida de 0,25 não era nada, mas sempre dava para dizer na comunicação social que se tinha baixado os impostos, maximizando as notícias favoráveis e fazendo política para a comunicação social e para os jornais, de uma forma continuada e reiterada. -----

----- Afirmou que, mais uma vez havia um decréscimo de 0,25, sem qualquer preocupação pela situação muito particular e difícil que se atravessa fruto da pandemia. Disse que, cada vez mais, o imposto afetava essencialmente a classe média, tendo o concelho de ser amigo das famílias se quiser que as mesmas invistam e contribuam para o crescimento do concelho. -----

----- Explicitou que não haveria forma de acabar com os prédios devolutos no concelho, se não houvesse famílias a quererem instalar-se e a investir no concelho. Por esse motivo, disse que iriam avançar, tal como o fizeram o ano passado ainda dentro do UPOB, com uma proposta de taxa de comparticipação de IRS de 3%, submetendo-a a aprovação, em conjunto com a bancada do Partido Social Democrata PPD-PSD. -----

----- Disse, ainda, que os 3% são um valor muito superior aos 0% cobrados em Águeda,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

mas ficava em igualdade com a taxa cobrada em Anadia. -----

----- Assim, deixou uma proposta à Mesa, subscrita pelos dois líderes de bancada para ser discutida e aprovada. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Informou que existiam, de momento, duas propostas e que deixaria concluir a ronda de intervenções para, posteriormente, abrir um período de discussão da proposta apresentada pelas duas bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Afirmou que a taxa máxima de participação variável de 5% tem vindo a ser gradual e sustentadamente diminuída desde 2017, até aos 3,75% que se trazia neste momento para aprovação em Assembleia. -----

----- Esclareceu que as reduções na receita não podiam ser tomadas apenas pelo seu populismo e pelo simples agrado, era necessário acautelar na despesa e no investimento aquilo que se teria de reorganizar e abdicar. Disse que o executivo se preparou estrategicamente para a redução proposta com a reorganização de serviços, acautelou custos crescentes com material e serviços, custos com a energia e os ajustes necessários que tinham de ser avaliados e que tinham de ser feitos face à diminuição das transferências de valores do estado central para o Município. -----

----- Disse que tinha de ser feito um acompanhamento gradual e contínuo para não desequilibrar as contas, evitando assim, situações de défice que pudessem prejudicar a atuação da Câmara Municipal nas suas áreas de intervenção, que no ano de 2022 serão reforçadas com a assunção das competências no processo de descentralização. -----

----- Referiu que a taxa proposta a votação pelo executivo era um sinal de confiança e do expressivo apoio às famílias e às empresas de Oliveira do Bairro e que, atualmente, o concelho estava cada vez mais alinhado e a caminhar para uma diferenciação positiva relativamente aos Municípios da CIRA, permitindo fixar famílias e empresas. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Explicitou que ainda havia muito a fazer, mas que o executivo municipal estava atento às necessidades e oportunidades que iam aparecendo, afirmando que a grandeza da sociedade de amanhã é o reflexo dos pequenos gestos que tivermos hoje, sendo aquilo que se projeta para Oliveira do Bairro. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Disse que o PSD estava, como sempre esteve e como sempre irá estar, ao lado das populações e ao lado daquilo que é a conjuntura e de perceber de que forma é que essa conjuntura pode ser aliviada e incentivada por parte das populações. -----

----- Afirmou que o executivo municipal veio dar razão ao PSD, continuando a tendência de descida de 0,25 iniciada no mandato de 2016 em sede de Assembleia Municipal e que no anterior mandato foi interrompido durante um ano pelo executivo recentemente reeleito em funções. Disse que o PSD já na altura tinha apresentado a continuação dessa taxa de 0 25, ou seja, ela não tinha sido feita de forma continuada, houve uma interrupção durante um ano em que o PSD alertou para a situação com uma proposta que depois acabou por ser aprovada, tendo no ano seguinte, a Câmara municipal CDS-PP decidido retomar. -----

----- Explicitou que no primeiro semestre do ano corrente houve um aumento de receita corrente em cerca de dois milhões e seiscentos mil euros, que o saldo de gerência passou diante do primeiro semestre de 2020 para o primeiro semestre do ano corrente, com uma variação de mais de um milhão setecentos mil euros, tendo nesse período, a rubrica dos impostos, contribuições e taxas, uma variação de mais de um milhão e duzentos mil euros. Por esse motivo, disse que o Município tinha um grau de autonomia elevado e que era de justiça social para o equilíbrio das comunidades que algo que fosse tributável diretamente do esforço diário dos contribuintes, lhes fosse devolvido de forma gradual. -----

----- Nesse seguimento, informou que os vereadores do PSD apresentaram já no mandato corrente, uma proposta similar em função da própria apresentação da proposta conjunta com o Partido Socialista, devido à existência da crise energética, da crise combustíveis, a enorme carga



Oliveira do Bairro assembleia municipal

fiscal existente e ao aumento considerável dos custos de vida. -----

----- Referiu que era de enorme solidariedade que o executivo municipal tivesse aumentado a percentagem de descida na participação da taxa, tendo em consideração que na conjuntura económica da Câmara Municipal, a perda de valor retido pela mesma não era assim tão relevante para os propósitos a que se tinham direcionado na gestão do território, designadamente uma descida total de 1% correspondente a uma diminuição de coleta para o Município em cerca de cento e vinte e cinco euros, diferia em cerca de 90.000 euros da proposta aprovada em reunião de câmara pela maioria liderada pelo CDS-PP. -----

----- Disse que era tempo de repor aquilo que não foi tido em consideração em sede de reunião de Câmara Municipal, votando contra a proposta apresentada pelo executivo municipal e apresentando a proposta que foi assinada em conjunto com o Partido Socialista. -----

----- **JOÃO DIOGO VITÓRIA** – Reportando-se à matéria de IRS, explicitou que embora algumas pessoas dissessem que a presente medida iria ter um reduzido impacto nas contribuições da maioria dos munícipes, isso não era de todo verdade, uma vez que o IRS era um dos impostos que mais condicionava o rendimento líquido dos munícipes em matéria de rendimento, seja em sede de rendimento de trabalho ou patrimonial. -----

----- Disse que, em virtude do conturbado período económico pós-pandémico vivido e à impreterível necessidade de investimento, urgia um alívio fiscal das famílias e dos investidores no concelho, tornando-se numa medida vital para contribuintes e para a economia local. -----

----- Afirmou que era necessário que o Município se tornasse tributariamente apetecível para os investidores e para possíveis novos habitantes e empresários, tornando-se diferenciador face às circunstâncias e devendo para isso, instituir medidas com um carácter de longo prazo. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que a taxa participação de IRS e os vários instrumentos que permitiam que



Oliveira do Bairro assembleia municipal

cada Município decidisse o montante de receita pública necessária para fazer face à despesa pública e a necessária margem de manobra na política fiscal a seguir através da dedução à coleta do IRS, estimulava a competitividade de cada um dos Municípios. -----

----- Explicitou que o executivo tem pautado toda a sua atuação desde a primeira hora por uma postura equilibrada, prudente, sensata e sustentável das contas públicas, tendo vindo gradualmente a reduzir a taxa de participação e aumentando, conseqüentemente, a taxa de adoção, acomodando a eventual quebra de receita por um lado, e desonerando os munícipes por outro. -----

----- Concluiu, dizendo que votaria favorável a proposta apresentada pelo Município quanto à alteração da taxa e que seria acompanhado por toda a bancada do CDS. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Começou por esclarecer que Oliveira do Bairro cresceu em população, não percebendo o discurso de que o Município não era atrativo, tendo em consideração que nenhum dos Municípios à volta, à exceção do Município de Vagos tinha aumentado a população. -----

----- Esclareceu que o Município tem pago os livros de fichas aos alunos, um apoio claro às famílias, quer às famílias mais carenciadas, quer às menos carenciada e que tinham feito um trabalho que não está ao alcance de muitos, não só com as famílias, mas também com as próprias IPSS, relativamente à sua sustentabilidade. -----

----- Referiu que, ao nível da educação e no que diz respeito às AECs, tinha sido decisão do executivo gastarem o dobro relativamente àquilo que eram as comparticipações da tutela, indo de encontro à política requerida para as famílias do concelho. Questionou se chegassem com 10 ou doze euros ao pé das famílias, iria tornar mais atrativo ou não o concelho. Referiu também que tem sido aprovado um leque de apoios e que só o valor dado em livros de fichas ultrapassava largamente o valor de IRS, definindo a atratividade do Município. -----

----- Afirmou que quando era proposto algo, devia-se medir tudo e que a proposta de decréscimo da participação de IRS em 0.25 não era eleitoralismo, mas sim fazer de uma forma



Oliveira do Bairro assembleia municipal

clara e evidente a cautela de gestão. -----

----- Disse que todos os membros deveriam olhar para o relatório da auditoria, preocupando-se em analisar o ano todo anterior e não apenas o período homólogo, de modo a existir um bom comparativo para todos. -----

----- Explicitou que o saldo de gerência do Município era fruto da boa concretização de fundos comunitários, do prémio das PARU's, do acréscimo da Fernando Peixinho, inclusive tendo sido devolvido o valor que não se estava a contar no total, com o financiamento do Banco Europeu, bem como o acréscimo na Unidade de Saúde da Palhaça. Referiu que não houveram apenas receitas correntes, existindo investimento em obras e infraestruturas e desafiou todos a pensar, quantos Municípios ao redor de Oliveira do Bairro arriscaram a investir em saúde como o Município de Oliveira do Bairro. -----

----- Desafiou todos os membros a pensar nas propostas do PSD em altura de crise económica, quando houveram empresas com muitas dificuldades e que era de conhecimento geral também, que muitas famílias tinham emigrado e disse que talvez fosse esse o motivo para a existência de tantas casas devolutas no Município. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Abriu o período de debate e discussão da proposta de alteração apresentada pelas bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, tendo havido cinco inscrições para o efeito. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu ter ficado estupefacto com a proposta de descida tão radical do IRS, quando era necessário que se atuasse passo a passo e de forma comedida nesta questão. Referiu não compreender como estavam a contrariar tudo aquilo que o Presidente de Câmara anterior tinha lutado, em que nos três primeiros anos do mandato, o CDS tinha batalhado para que se mexesse



Oliveira do Bairro assembleia municipal

no imposto e no último ano, uma vez que era ano de eleições, tinha sido aceite. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Acácio Oliveira, questionou, se em vez de solicitar ao executivo que faça alterações nas suas poucas receitas, não deveria solicitar ao próprio partido que pedisse à tutela para olhar mais para os cidadãos como um todo, de modo a facilitar a vida aos executivos, a todos os membros da Assembleia e a quem os elegeram para desempenharem as suas funções. -----

----- **MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES** – Disse que era importante evitar que a Assembleia Municipal se transformasse numa casa de leilões e se evitasse um espetáculo de licitações para saber quem dá mais coragem. Afirmou ser mais corajoso virem dizer que a perda de receita na ordem dos cento e cinquenta mil euros seria compensada com um corte de igual valor do lado da despesa, por forma a ser atingida alguma neutralidade entre receita e despesa.

----- Questionou, retoricamente, se os Presidentes de junta estariam dispostos a prescindir da receita e onde deixariam de realizar os investimentos e procederiam aos cortes. -----

----- Reforçou que o próprio líder da bancada do PSD foi sempre um defensor da redução gradual daquela taxa e o que terá feito mudar a opinião foi uma explicação cabal. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou aos membros da Assembleia que, no intuito de dignificar o órgão, não fizessem comparações da sessão da Assembleia a uma casa de leilões ou afins, uma vez que as funções que todos desempenhavam baseava-se no cumprimento, com lealdade, das funções que lhes foram confiadas, debatendo e discutindo os pontos com educação e defendendo cada um o seu ponto de vista. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Afirmou que estávamos perante uma regra em que era possível saber o valor que se estava a definir, mas que seria um tiro no escuro saber quanto é que a redução iria custar e qual o valor que iria ser deixado de arrecadar em receitas. -

----- Disse que gostava de ter ouvido por parte de quem apresentava a proposta, qual a reorganização que fariam ao investimento do Município, atendendo a uma quebra de receitas.



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Disse que parecia que o concelho estava em saldos, que desafiava realmente a que dissessem onde se fariam os cortes e que lhe diriam em festas. Questionou se eram consideradas festas a promoção de eventos na Bairrada, dos caminhos pedestres, da natureza, da cultura do Município, da música, da Cerâmica Rocha e todo o investimento na cultura. -----

----- Manifestou que gostaria também de saber que como é que o Município, dentro de todos os cortes, iria justificar um acréscimo de despesas que já foi falado pelo Senhor Presidente, com as taxas de resíduos, a questão da eletricidade e as novas competências que irão ser assumidas para o Município. -----

----- Questionou, ainda, se os cortes iriam ser feitos nas unidades de saúde familiar que ainda estavam por abrir, na educação, no apoio às famílias, nos livros, nas AECs, nas zonas industriais, na renovação que foi anunciada para o Centro Urbano de Bustos e para Oiã, no apoio às associações, às IPSS ou na rede viária. Alertou que todas essas áreas poderiam ser afetadas e que era importante terem a coragem de dizer o que iria deixar de ser feito com a quebra de receitas, uma vez que a quebra de receitas tinha de ser um ato bem pensado e bem explanado, o que não tinha ocorrido porque só disseram que iriam baixar para os 3%. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Começou por dizer que a Assembleia era o fórum máximo de discussão política da realidade local que sintetiza tudo que são as ansiedades, tudo aquilo que é palpável diariamente na vida das pessoas e que é debatido por todos os membros e pela sua consciência. -----

----- Confessou ter-se excedido em função do tom com que foram dirigidas palavras aos Presidentes de junta de freguesias lideradas pelo PSD, coisa que nunca tinha assistido apesar de lutar pela sobrevivência política. Disse ter registado as intervenções que foram feitas pelos colegas membros do CDS e também pelo nosso Presidente da Câmara Municipal, sendo prática corrente, sempre que o PSD vem à Assembleia apresentar propostas concretas e falar de forma sustentada daquilo que a população anseia, o CDS diaboliza o passado do PSD, dizendo que naqueles anos todos, o PSD teve a culpa de tudo e mais uma coisa, tal como tinham feito com a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

agregação das freguesias e associando tudo o que é bom ao CDS-PP e tudo o que é mau o Partido Social Democrata. -----

----- Disse que tudo muda consoante aquilo que são as ações do tempo e que quem não mudava, não valorizava realmente aquilo que acontecia na sua envolvência, mas o PSD valorizava. Afirmou que a postura do PSD neste mandato era muito simples e não tinha de exigir rigorosamente nada, tendo apenas de dialogar, falar e fazer política, porque se quisessem fazer política, tinham obrigatoriamente que falar com o Partido Social Democrata. -----

----- Explicitou que a valorização que foi feita relativamente aos livros de fichas veio a dar razão ao PSD, uma vez que tinha sido implementado a nível da Junta de freguesia que começou com esse trabalho e a Câmara Municipal decidiu ampliar a nível municipal. -----

----- Afirmou que as propostas eram concretas, que tinha falado em valores na sua intervenção anterior, que a coragem estava em assumir rasgos no horizonte e de estar ao lado dos munícipes, algo que o PSD nunca iria abdicar, assumindo a sua posição. Disse que iriam registar todos os tons ditos em relação aos membros que defendiam de grande forma aquilo que são os interesses dos munícipes, porque da mesma forma que o executivo municipal recebia prémios e era reconhecido na execução dos seus projetos, não teria dificuldade nenhuma em gerir a descida apresentada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata de 1%. ----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Disse que o executivo se pautava pelo habitual, de se fazerem as coisas dentro da mesma lentidão e do mesmo propósito que sempre foi feito, que era necessário mudar um bocadinho esse paradigma, sendo que quem tinha de fazer as contas doravante, se a proposta fosse aprovada, não era a Assembleia. -----

----- Referiu as dificuldades que estavam a ser enfrentadas pelas famílias da classe média e que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara que o Município tinha uma capacidade enorme de endividamento e uma saúde fantástica a nível financeiro. Assim, explicitou que era necessário dividir, repartir e colocar as peças do puzzle no seu lugar, de modo a que fossem metódicos e objetivos com aqueles que têm sido os mais sacrificados nas famílias de classe



Oliveira do Bairro assembleia municipal

média. -----
----- Disse que não gostava que se falasse em partidos, explicitou que o Partido Socialista não era um partido do governo, uma vez que o governo integrava inclusivamente pessoas que não estavam relacionadas com o Partido Socialista e que eram pessoas independentes e pessoas que até pertenceram a outros partidos políticos. Disse que todos tinham o direito e o dever de respeitar aquilo que é a Assembleia da República, as suas decisões e que em nada estava relacionado com o Governo que, tal como o Executivo, tinha de respeitar as decisões da Assembleia Municipal. -----
----- Esclareceu que o Partido Socialista dava o seu contributo, porque tinha mais percentagem e mais votos e que as eleições legislativas iriam ocorrer brevemente para se constatar quem iria governar, quem tivesse mais votos ou quem fizesse coligações e geringonças, tendo dito que até o executivo municipal de Oliveira do Bairro já tinha feito a geringonça. -----
----- Afirmou que os elementos da bancada do Partido Socialista, corroborando o bom senso, não foi de ânimo leve que faziam a proposta 0,75% abaixo, refletindo a exatidão daquilo que pode e deve ser para benefício de todas as famílias do concelho e do país. -----
----- Disse que os fundos não eram fundos do Executivo, eram fundos que vinham dos impostos e do Governo, sendo uma questão de boa gestão e um desafio que se estava a ser lançado para ser aceite com humildade e sensatez, porque as pessoas estavam à espera de melhorar a sua qualidade de vida, tendo o executivo de se ajustar à realidade daquilo que fosse votado, criando um concelho mais atrativo, com mais pessoas a viver e trabalhar dentro do mesmo. -----
----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** –
Começou por esclarecer que a grande geringonça que se passou foi com o UPOB, porque tinha todos os partidos, de acordo com a vontade da população e com todo o respeito para isso. -----
----- Reforçou que o Município cresceu a todos os níveis, quer em população, quer em



Oliveira do Bairro assembleia municipal

trabalhadores e que continuava a ser dito em Assembleia o contrário. Disse que era necessário ter consciência porque não se podia endividar o Município para pagar a despesa corrente e que era necessário ter em atenção as propostas que eram feitas e aquilo que era dito. Explicitou que o endividamento era para investimento e que era bom que não se tivesse de recorrer a isso para não endividar as gerações futuras. Esclareceu que, felizmente, o Município não tinha necessidade de recorrer ao endividamento e que era isso que ditava a boa gestão. -----

----- Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro deu passos largos, não só a nível de desenvolvimento nos últimos anos, que tinha estado presente numa feira na FIL, na SmartCity, onde foi com muito agrado que verificou que o Município de Oliveira do Bairro conseguia estar no patamar da frente no que toca às novas tecnologias, à utilização das novas modalidades, não só na modalidade suave, como também na recolha de resíduos porta-a-porta entre outras situações que demonstraram que o Município de Oliveira do Bairro não se encontrava atrasado.

----- Explicitou que a promoção no que toca ao turismo, trazia desenvolvimento para as cidades, que as atividades e programas que eram feitas no concelho de Oliveira do Bairro, em particular nas freguesias eram importantes para o Município, trazendo turistas, algo defendido também pelos senhores Presidentes de Junta. -----

----- Afirmou que o deputado Álvaro Ferreira não tinha conseguido dar resposta aos membros do CDS e que não era possível trabalhar assim, que era necessário trabalhar com dados bastante concretos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Abriu o segundo período de intervenções relativa à proposta de alteração de participação para 3%, tendo existido cinco inscrições para o efeito. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que quando tinha dito que 0,25% não era nada, mas era um sinal, estava a citar o Presidente da Câmara da altura. Referiu que o impacto do imposto era proporcional aos



Oliveira do Bairro assembleia municipal

rendimentos das pessoas. -----

----- Disse que achava curiosa a proposta de descida de imposto do PS, subscrita pelo PSD, quando em Lisboa, ou aumentavam ou se recusavam a baixar impostos. Disse ainda que foi dito que era necessário respeitar o PS porque tinha uma percentagem maior de votos no governo e explicitou que no caso de Oliveira do Bairro quem tinha mais votos era o CDS-PP, solicitando que deixassem governar. -----

----- Explicitou que estava a ser dado aos munícipes uma redução que queriam triplicar e disse que gostaria de saber quanto é que a redução de 1% iria custar ao Município. Recordou que foi dado, legitimamente, quase o dobro àqueles que realmente necessitavam em Oliveira do Bairro. Referiu que foi dado apoio ao comércio local através de vales para as famílias, bem como vales aos munícipes com mais de sessenta e cinco anos, foi dado apoio aos empresários em nome individual e aos seus funcionários. -----

----- Disse que o PSD apresentava propostas e dava voz a parte da população que votou, mas tinha sido o CDS a vencer as eleições e que necessitava que os deixassem governar. Disse recordar-se que a medida em causa surgiu a meio do mandato do PPD-PSD e que tinha dito várias vezes em Assembleia que era necessário baixar, tendo o CDS sido coerente e mantido esse sinal de descida todos os anos de 0,25%. -----

----- Deu nota que a Assembleia, de facto tinha poder para alterar propostas, mas o executivo era responsável por governar, era importante perceber onde se iria cortar com a descida proposta. -----

----- Reportando-se à questão dos Presidentes de Junta, afirmou que os mesmos tinham um papel diferente de toda a Assembleia Municipal, representando as suas freguesias. Questionou aos Presidentes de junta se a baixa de 1% no IRS e a baixa consequente para investimento e para despesa era feita nos melhores interesses de cada uma das suas freguesias.

----- Disse para todos refletirem se a quebra da receita de IRS de 1% seria realmente comparável com o benefício que era dado aos bolsos dos munícipes. Esclareceu que a carga



Oliveira do Bairro assembleia municipal

fiscal estava alta para todos, fruto das taxas extraordinárias definidas em Lisboa, mesmo que a razão para serem extraordinárias se extinguisse, nomeadamente para a compensação da baixa do barril de Brent que se manteve mesmo após a sua subida. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou para que refletissem sobre o papel de imparcialidade da Mesa na discussão e na condução dos trabalhos, dizendo que, por muita vontade que tivesse para intervir não o iria fazer para garantir essa imparcialidade e independência da Mesa. -----

----- Clarificou ainda, no seguimento da intervenção do membro da Assembleia André Chambel, que a proposta que chegou à mesa era uma proposta dos dois grupos municipais do PS e do PSD, não apenas do PS, subscrita ou com o apoio do PSD. -----

----- **JOÃO DIOGO VITÓRIA** – Referiu que, apesar de toda a componente histórica debatida, que certamente deixaria o professor Germano de Carvalho bastante orgulhoso, gostaria apenas de clarificar se as intervenções apresentadas pelos membros de bancada do CDS configuravam uma coação e uma tentativa de condicionamento do sentido de voto dos Presidentes de Junta. Disse que acreditava e esperava que o executivo não se revisse nessa postura inqualificável da sua bancada. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Afirmou que não existia a coação de ninguém, estava apenas a constatar-se o facto de que iria existir menos dinheiro para investir e que iria sobrar para todos. -----

----- Disse que também se poderia comparar o Município de Oliveira do Bairro com outros Municípios da região de Aveiro que mantinham a sua participação de IRS nos 5%. Referiu que ainda não tinha compreendido o motivo de a proposta ser de 3% e que aguardava a explicação, uma vez que o valor acrescentado aos bolsos dos munícipes em IRS não dava para um café por dia e aguardando pelas contas do Sr. Presidente, isso significaria cerca de cento e cinquenta mil euros para a câmara e para os vinte e três mil munícipes que viviam no concelho, o que se refletia em muito apoio social prestado, na compra de livros, comida, tablets, entre outros. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Explicitou que houve redução dos impostos aos munícipes nos últimos quatro anos e um mês, em cerca de um milhão de euros, existia saldo de caixa, pavilhão em Oiã, iam intervencionar os centros de duas vilas, iriam ter dois centros de saúde, fizeram reabilitação da Cerâmica Rocha que se encontrava devoluta, bem como da estação ferroviária. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Referiu que, por um lado era dito que conseguia ter a arte e o engenho de falar muito e não dizer nada e, por outro lado que conseguia ver a arte fantástica de como é que noventa mil euros significavam tanta coisa no concelho de Oliveira do Bairro. Explicitou que não se estava a falar de uma descida de 1%, era uma descida de 0,75% relativamente à proposta do executivo. -----

----- Deu nota que esperava que tudo aquilo que foi dito não fosse totalmente revertido para as Juntas de Freguesia e afirmou que era necessário dar foco ao orçamento global. -----

----- Relativamente ao que foi dito sobre o passado do PSD, disse que achava que era sinónimo de riqueza plural e de exigência interna. Disse que ele mesmo tinha sido influenciador para a retirada de confiança do anterior Presidente da Câmara e que assumia isso para o bem e para o mal, sendo uma prova de sobrevivência política ter chegado a líder de bancada. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Esclareceu que se tratava de uma proposta de baixar aquilo que se propôs em 0,75% e não se tratava nem daquilo que foi feito, nem daquilo que se irá fazer. -----

----- Reforçou o que foi dito pelo Presidente de Câmara no Projeto de Apresentação de Desenvolvimento e Reformulação do Centro da Vila de Oiã que o Município tinha uma grande capacidade de endividamento. Referiu que ninguém estava a dizer que não iam governar, teriam era de governar melhor uma vez que a Assembleia iria estar atenta e fiscalizadora daquilo que seriam as opções do executivo. -----

----- Reafirmou que a proposta era conjunta, não era uma proposta do Partido Socialista, tendo sido discutida, falada e analisada pelas duas bancadas. Disse que caso fosse aceite teriam que gizar, analisar e reformular as opções para chegarem onde queriam chegar a governar, com



objetivos claros. -----

----- Disse que não havia nenhuma geringonça na Assembleia e que iriam desempenhar as funções de órgão fiscalizador a pensar no melhor das famílias de classe média, a mais penalizada da sociedade. Afirmou que se estavam a ajudar as famílias com menos posses, no entanto aqueles que tinham mais posses não podiam ser penalizados a pagar tudo, uma vez que o IRS subia gradualmente de acordo com os rendimentos familiares. -----

----- Deu nota que se estava perante uma situação cujo objetivo era fornecer contributo às famílias de classe média que também tinham o seu direito de ser ajudadas, pelo que deveria haver coerência. -----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Fez referência a um blog promovido por Tomás Magalhães, com o nome Polariza-te que demonstrava que não havia favores nem contras nem extremismos, explicitando que existiam sim maneiras diferentes de pensar. Referiu que não era um bom argumento virem dizer que uns estavam a favor da população e outros contra, existiam era formas diferentes de estar ao lado da população. -----

----- Explicitou que tinha realizado muitas questões sobre qual seria a estratégia para o Município e onde seriam os pontos cernes para se investir, para se cortar e se reestruturar, tendo ouvido pouco de resposta. Concluiu, dizendo que o silêncio por vezes era ouro, mas outras vezes soava a falta de firmeza. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar nota que o primeiro secretário tinha todo o direito e toda a legitimidade de expressar as suas opiniões e até posições sobre as temáticas, no entanto não devia, na sua opinião, fazer combate político, embora o fizesse com muita qualidade. -----

----- Agradeceu, ao contrário dos seus colegas, todas as referências feitas aos Presidentes de junta porque tinha deixado tudo muito claro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Reportando-se à referência feita pelo Presidente do Executivo Municipal em que tinha sido falado em doze euros, questionou se esses doze euros eram referidos a qual das situações e no caso da redução, que parte dos doze euros determinava o impacto. -----

----- Afirmou que tinham sido feitas referências ao Presidente do Executivo anterior relativamente a esta medida não ter impacto na vida das famílias e sendo assim, questionou porque é que o executivo tinha apresentado também uma proposta de redução, de deixar de entregar uma parte exígua. Explicitou que o argumento válido poderia ser que se o valor não fosse entregue individualmente, resolveria muito pouco ou quase nada da vida das pessoas, no entanto se o valor fosse agregado poderia ser aplicado especificamente, em algo que pudesse significar uma mais valia para todos, no entanto não tinha sido isso o proposto. -----

----- Disse que se o valor tinha pouca relevância individualmente distribuído pelos munícipes, agregando-se nas mãos do Município, teria de ser definido o que seria feito a esse dinheiro especificamente, onde seria aplicado e em que local. Disse também que era curioso a verba não ser significativa, mas ao mesmo tempo dar para fazer uma quantidade indeterminável de investimentos. -----

----- Referiu que o problema foi usar a palavra populista para descrever a proposta subscrita pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, quando a proposta se baseava em transformar um valor pequeno num valor ligeiramente maior, ficando ainda assim pequeno -----

----- Esclareceu que não havia geringonça nenhuma, nem do lado nem do outro, dizendo que não era necessário lembrar como era a lista do CDS para a Mesa da Assembleia Municipal, bem como a lista apresentada para a CIRA. Explicitou que o Partido Socialista tomou opções em função dos assuntos e daquilo que entendiam que era prioritário, esclarecendo que não havia nada mais para além disso. -----

----- Disse que o executivo não podia fazer uma proposta de redução e depois dizer que não tinha impacto absolutamente nenhum, referindo ainda, que se o PS e o PSD não se tinham preparado, o CDS e o executivo também não. Reforçou que conseguiu ver mérito tanto na



Oliveira do Bairro assembleia municipal

proposta do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, bem como na proposta do executivo e solicitou que fossem respeitadas todas as posições e opiniões de cada um. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota que a Assembleia terminava às 24 horas e que iria pedir o prolongamento por mais meia hora, até perfazer as 5 horas de funcionamento, no entanto a partir desse momento seria necessário proceder à marcação de uma sessão extraordinária. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Congratulou a bancada do PSD por uma liderança vir a ser nomeada por uma retirada de confiança política e que esperava que a política melhorasse bastante. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Nuno Barata, disse não ter compreendido qual era a sua posição na matéria, apenas tinha retirado que enquanto era líder de bancada defendia que se mantivesse tudo igual e agora apresentava uma ideia completamente diferente. -----

----- Disse que a bancada do PSD não tinha feito proposta nenhuma em termos de valores, mas que relativamente à sua proposta conseguia explicitar, claramente, onde iriam investir. Esclareceu que tinham sido apresentados, na semana anterior dois projetos onde se poderia proceder à escolha de onde investir. -----

----- Quanto à questão dos Presidentes de Junta, afirmou que o antigo Presidente de Junta Manuel Augusto Ihe tinha chegado a dizer que tinha reunido mais vezes com o executivo em 4 anos do que nos 12 anos anteriores. Esclareceu ainda que os Presidentes de Junta poderiam dizer o contrário, se assim entendessem, sem qualquer tipo de coação, no entanto tinha tido uma reunião, nesse próprio dia, com dois Presidentes de Junta sobre um assunto extremamente específico através de uma conversa cordial e direta ao assunto, a pedido de um dos Presidentes e com a presença de dois munícipes, dizendo que era a sua postura enquanto Presidente da Câmara. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Disse ainda que já tinha sido Presidente de Junta e questionou se tinham conhecimento da forma como eram tratados os Presidentes de Junta pelo anterior Presidente de Câmara, e das expressões a que eram subjugados, tendo inclusive alguns membros da Assembleia estado presentes nessas reuniões. Afirmou que os Presidentes de Junta sabiam que tinham, no Presidente da Câmara, um aliado para trabalhar com eles e se entendessem de outra forma que o expressassem perante todos. -----

----- Explicitou que era fácil pegar no valor que era feito hipoteticamente de desconto, dividindo pelo número de pessoas, voltando posteriormente a dividir por um agregado médio de três pessoas, retirando aí uma grande franja de pessoas de rendimento médio. Esclareceu que era fácil fazer as contas. -----

----- Esclarecendo o membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que tinha sido bem claro nos esclarecimentos, que foram feitas acusações de que o Município estava para trás, tendo sido dado resposta de onde o Município se encontrava, qual a estratégia e as suas opções, algo que não tinha sido feito pela outra parte. -----

----- Explicitou que no último mandato do Sr. Mário João Oliveira, os Presidentes de Junta tinham que esperar uns pelos outros, se um se atrasasse a fazer um relatório, os outros não recebiam a transferência. Esclareceu que consigo, enquanto Presidente da Câmara, os Presidentes de Junta tinham passado a receber em duodécimos, sem qualquer tipo de falha. Disse ainda, que quando era decidido fazer um investimento, os Presidentes de Junta eram chamados para o assunto ser debatido com todos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu a palavra ao membro da Assembleia Nuno Barata para a apresentação de um Protesto. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – Disse que não iria usar a figura regimental para outra coisa que não o protesto, uma vez que até se encontravam limitados em termos de tempo. Referiu que tinha sido chamada a atenção por parte do Presidente



Oliveira do Bairro assembleia municipal

da Mesa da Assembleia ao líder da bancada do Partido Social Democrata porque tinha usado linguagem imprópria. Explicitou que o executivo também tinha usado linguagem imprópria quando se tinha referido ao anterior Presidente do executivo, devendo ter sido também chamado a atenção para esse efeito. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota que o protesto foi apresentado, ficando registado em ata da Assembleia Municipal. Deu seguimento para a votação da proposta de alteração de 3,75% para 3%, de acordo com o definido da lei. Explicitou que a Assembleia tinha a possibilidade de alterar a proposta, sendo depois a própria proposta votada. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a **Proposta de Alteração à Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 de Participação de 3,75% para 3% de IRS,** foi **Aprovada por Maioria, com 11 Votos Contra e 14 Votos a Favor.** -----

----- Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco Oliveira, André Chambel, Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José Cotrim, Miriam Ferreira, Marco Alves, Acílio Ferreira e o Membro da Assembleia do Grupo Municipal CHEGA Sónia Quintaneiro. -----

----- Efetuada a votação da **Proposta Alterada da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 de Participação de 3% de IRS,** verificou-se que foi **Aprovada por Maioria, com 10 Votos Contra, 4 Abstenções e 11 Votos a Favor.** -----

----- Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco Oliveira, André Chambel, Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José Cotrim, Miriam Ferreira, Marco Alves e Acílio Ferreira. -----

----- Abstenções dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PSD Bruno Seabra, Simão Vela e Luís Ruivo e do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CHEGA Sónia Quintaneiro. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIR FERREIRA** – Deu o uso da palavra ao membro da Assembleia Sónia Quintaneiro, para efeitos de uma Declaração de Voto. -----

----- **SÓNIA DOS SANTOS QUINTANEIRO** – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Solicitou que pudesse fazer uma declaração de voto por escrito, que posteriormente faria entregar à Mesa. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu permissão que assim fosse, dando seguimento para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

----- De seguida, deu-se início ao ponto **4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 – Mandato 2021/2025 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P.**, sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto; -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse uma apresentação curta. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Disse que ou fazia a apresentação dentro daquilo que era a política, ou então não dizia nada. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Afirmou, que se entendesse, podiam dar-se como concluídos os trabalhos de imediato e marcar uma nova sessão extraordinária. Esclareceu que só estava a pedir para agilizar o tempo na sua intervenção, por forma a garantir que os trabalhos se pudessem concluir durante a reunião. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Referiu que, como em tudo, deveria ser respeitado o direito do Presidente da Câmara em expor os assuntos, tal como respeitava os desenvolvimentos da Assembleia. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Afirmou que o Município tem optado por manter a taxa irrisória, sem qualquer tipo de significado, contudo era apresentada, nesse momento, em forma de protesto perante as operadoras que continuavam a esventrar o Município, uma vez que apesar do esforço que tem sido efetuado nos últimos dois anos, as operadoras continuavam sem uma fiscalização acérrima por parte das entidades competentes, nomeadamente a ANACOM. -----

----- Disse, ainda, que não podia deixar de referir que estava profundamente desagrado, enquanto Presidente de Câmara, sobre a forma como a tutela e as organizações, nomeadamente a ANACOM, lidavam com as situações, explicitando que existiam situações em que era necessário chamar a proteção civil para as corrigir, porque as operadoras não o faziam. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Disse que, tendo em conta a receita líquida proveniente da taxa municipal de direitos de passagem reduziu drasticamente para cerca de 50% da taxa cobrada nos anos de 2017 e 2018, considerava que esse valor era fruto do descontrolo que existia sobre as receitas das operadoras de telecomunicações e da fiscalização da faturação mensal emitida por aquelas entidades. -----

----- Nesse seguimento, propôs que a Associação Nacional de Municípios ou a CIRA conseguissem os meios legais para que a taxa fosse fiscalizada, obrigando as operadoras a cumprirem com os seus deveres, uma vez que, tendo direitos, deverão cumprir escrupulosamente e de uma forma exemplar as suas obrigações. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Questionou ao membro da Assembleia Acácio Oliveira se tinha feito uma proposta de recomendação, o que se confirmou, tendo informado os presentes que a proposta teria de ser votada. -----

----- **ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS** – Esclareceu que não era propriamente uma intervenção, era um protesto à mesa. Referiu que já era a segunda vez que o Presidente da Assembleia Municipal ameaçava terminar a Assembleia, quando não era feito aquilo que o Presidente da mesa pretendia. Explicitou que isso tinha ocorrido quando o colega



Oliveira do Bairro assembleia municipal

José Cotrim tentou que cumprissem a lei e mais recentemente, a tentativa de condicionar o tempo do Presidente da Câmara. Disse que isso não era rigor nem democracia. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Solicitou que fosse efetuada, novamente, a leitura da proposta de recomendação do membro da Assembleia Acácio Oliveira, a pedido dos membros da Assembleia, para posteriormente procederem à votação. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Solicitou que tivessem um bocadinho mais de atenção. -----

----- Procedeu-se à transcrição da proposta na sua íntegra. -----

----- *“Tendo em conta que a receita líquida proveniente da Taxa Municipal de Direitos de Passagem reduziu para cerca de 50% da cobrada nos anos de 2017 e 2018, consideramos que este valor é fruto do descontrolo que existe sobre as receitas das operadoras de telecomunicações e a fiscalização de faturação mensal emitida por aquelas entidades. Assim sendo, propomos aqui que a Associação Nacional de Municípios ou a CIRA consigam os meios legais para que esta taxa seja fiscalizada e obrigando as Operadoras a cumprirem os seus deveres, uma vez que, tendo direitos, devem cumprir escrupulosamente e de uma forma exemplar, as suas obrigações.”*-----

----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – Disse que não tinha compreendido a insinuação e o incómodo de ter vindo ler, devido aos membros não terem tomado atenção. Explicitou que se estava a falar de uma proposta de recomendação colocada à Mesa para votação, que fazia todo o sentido ser voltada a ler para que fosse analisada, não por motivo de falta de atenção. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – Pediu desculpa se o pedido de atenção tinha ferido a sua suscetibilidade ou de alguém que estivesse presente, dado que não o ter feito com qualquer propósito de ofensa, tendo sido apenas um pedido de atenção à proposta. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Deu nota que era meia noite e que segundo o Regimento tinham a limitação da



Oliveira do Bairro assembleia municipal

não excedência das cinco horas. Disse que ainda faltava a discussão de um ponto e que necessitava de uma deliberação da própria Assembleia, passando a palavra aos líderes de bancada que decidissem inscrever-se para o efeito. -----

----- **CAROLINA MARTINS RIBEIRO** – Afirmou que concordava com a continuação da Assembleia, se assim fosse a opinião de toda a Assembleia. -----

----- **ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA** – Referiu que reforçava o que foi dito na primeira reunião da sessão da Assembleia, quando foi decidido o prolongamento para uma próxima reunião e uma vez que faltava pouco tempo para as 5 horas, solicitou que fosse aproveitado bem o tempo para concluir os trabalhos ainda nesse dia, em função da solidariedade com os prazos que a Câmara Municipal também precisava de cumprir. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Não havendo ninguém a opor-se ao prolongamento da Assembleia, disse que iria dar-se um prolongamento por mais meia hora de ação, por forma a garantir a conclusão da reunião. -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Afirmou que não tinha ouvido nenhuma questão e por isso, não tinha nada a dizer, agradecendo a oportunidade para o uso da palavra. -----

----- Concluído o debate do ponto, foi colocada a votação a **Proposta de Recomendação subscrita pelo membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira**, verificando-se que foi **Aprovada por Maioria, com 1 Voto Contra, 10 Abstenções e 14 Votos a Favor**. -----

----- Voto Contra do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CDS André Chambel. ----

----- Abstenções dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco Oliveira, Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José Cotrim, Miriam Ferreira, Marco Alves e Acílio Ferreira e do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CHEGA Sónia Quintaneiro.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- De seguida, efetuou-se a votação do ponto **4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 – Mandato 2021/2025 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P.**, que foi **Aprovado por Unanimidade**, com **25 Votos a Favor**. -----

----- Deu-se início ao ponto **4.24 – Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º semestre de 2021**. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – Disse que os membros tinham tido acesso ao documento e que gostaria de saber se alguém pretendia usar da palavra nesse ponto, o que não ocorreu. -----

----- Questionou os Membros, se tinham alguma oposição à aprovação das deliberações tidas na presente reunião da Sessão Extraordinária de 15 de novembro e que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta. -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal: 4.11 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º204 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Transporte Escolar do Município de Oliveira do Bairro; 4.12 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º203 – Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro; 4.13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto também Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia, para efeitos de inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P.; 4.14 – Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, nos termos do artº 31º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro; 4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; 4.16 – Eleição de representante(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;



Oliveira do Bairro assembleia municipal

4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação; 4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto; 4.19 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho; 4.20 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 17 – Mandato 2021/2025 – Lançamento de Derrama; 4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI; 4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S; 4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 – Mandato 2021/2025 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P. e 4.24 – Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º semestre de 2021. -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelas vinte e quatro horas, deu por encerrada a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer. -----